

# Acção Socialista



Nº 1278 28 Fevereiro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

[www.accaosocialista.pt](http://www.accaosocialista.pt) ■ [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)



**Eleições na Madeira**  
**Jacinto Serrão**  
**“Estamos preparados”** 20

**José Lello**  
**“Colocar a Agenda**  
**de Lisboa a velocidade**  
**de cruzeiro”** 3



Actualidade

7

**Cartão de Cidadão**  
**acessível a todos**  
**em 2008**

Parlamento

2

**Projecto de lei sobre**  
**a IVG é prudente**  
**e equilibrado**

Suplemento  
**Europa**  
nesta edição



## EDITORIAL

## NA LINHA DA FRENTE



JORGE SEGURO  
SANCHES  
Director

1. Recentemente o Governo aprovou uma proposta de lei que reformula totalmente a tributação automóvel, com o objectivo de incentivar o uso de energias renováveis e promover a aquisição de veículos menos poluentes. Para além de alterações quanto ao número e à denominação os impostos sobre o automóvel (os quatro impostos - Imposto Automóvel, Imposto Municipal sobre Veículos, Imposto de Circulação e Imposto de Camionagem - são abolidos, criando-se o Imposto sobre Veículos e o Imposto Único de Circulação), as principais mudanças assentam na tributação em função da componente ambiental (o peso das emissões de CO2 na base de tributação sobe para 30 por cento, no primeiro ano, e 60 por cento, no segundo) e na deslocação de parte da carga fiscal da aquisição do automóvel (menos 10 por cento) para a fase de circulação. Eis, portanto, um quadro de medidas legislativas já tomadas que de uma forma activa vão contribuir para uma melhoria da qualidade ambiental e para uma alteração dos hábitos dos consumidores.
2. Al Gore, uma das vozes mais respeitadas no mundo sobre as alterações climáticas, esteve no nosso país onde proferiu uma conferência baseada no seu livro - e também no documentário - "Uma Verdade Inconveniente". Gore, um membro do Par-

Em Portugal e ao contrário de outros países do mundo, muito podemos e devemos fazer para deixar às novas gerações um planeta menos poluído, no qual se possa viver com qualidade

tido Democrata que foi vice-presidente do Estados Unidos, elogiou as opções políticas do Governo do PS ao apostar fortemente nas energias alternativas - Portugal, é bom lembrar, teve a maior taxa de crescimento de energia eólica em 2005 - com 95 por cento, e a segunda maior em 2006 - com 56 por cento, bem como assumiu ainda o objectivo mais ambicioso da União Europeia em termos de emissões per capita de gases de efeito estufa (7,6 tonelada de CO2/habitante versus 10,0 de média da UE), bem como a terceira meta mais elevada na produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável (a meta é a de «chegar a 2010 com 45 por cento da energia renovável).

3. Mas, já antes o actual Governo do PS, ao apoiar a construção da maior central solar fotovoltaica do mundo em Moura, bem como ao antecipar em dez anos a meta europeia para biocombustíveis (10 por cento dos combustíveis rodoviários em 2010), assumiu que em Portugal e ao contrário de outros países do mundo, muito podemos e devemos fazer para deixar às novas gerações um planeta menos poluído, no qual se possa viver com qualidade.

Também aqui Portugal está na linha da frente das políticas que com coragem defendem o futuro do nosso país.

## Projecto de lei sobre a IVG é prudente e equilibrado

**A proposta de alteração à lei do aborto entregue no Parlamento, no passado dia 27, contempla a realização obrigatória de uma consulta médica para a mulher que decidir interromper a sua gravidez até às dez semanas, um período de reflexão mínimo de três dias e um "acompanhamento facultativo", desde que solicitado pela interessada.**



EM DECLARAÇÕES à Imprensa, nos Passos Perdidos da Assembleia da República, o presidente da bancada socialista, Alberto Martins, comunicou ter entregue a referida proposta de lei na Comissão de Assuntos Constitucionais, onde deverá ser discutida e votada em sede de especialidade.

O diploma prevê "uma consulta médica obrigatória, um acompanhamento facultativo, no âmbito psicológico e da assistência social, um período de reflexão mínimo de três dias" e, posteriormente, "um encaminhamento para o planeamento familiar", sintetizou Alberto Martins, ao elencar as novidades essenciais existentes na redacção proposta para o artigo 142.º do Código Penal, relativo à IVG.

Segundo o líder da bancada socialista, "esta iniciativa destina-se a criar as condições para a aprovação de uma lei" que tenha a mais alargada maioria possível.

E lembrou a propósito que a referida alteração, que implica a despenalização da IVG até às dez semanas, é uma tradução "prudente", "equilibrada" e respeitadora do que de essencial ficou definido com o resultado do referendo realizado no passado dia 11 de Fevereiro.

Refira-se que o projecto de lei em questão tem Alberto Martins como primeiro subscritor, seguindo-se os líderes parlamentares do

PCP, do BE, alguns dirigentes da bancada do PS, incluindo o líder da Juventude Socialista (JS), Pedro Nuno Santos, e outros deputados do PCP e do BE.

O líder da bancada socialista observou que

nenhum deputado do PSD nem do CDS-PP participou na elaboração do projecto de lei, ressalvando contudo que os partidos subscritores estão "abertos à assinatura" de outros parlamentares.

### O QUE MUDA NA LEI

A IVG deixa de ser punida quando realizada por opção da mulher até às dez primeiras semanas de gestação

O número de semanas de gravidez será objecto de comprovação ecográfica ou por outro meio adequado e de acordo com a lei.

A mulher terá de assinar um documento a atestar a sua vontade de interromper a gravidez e, no caso de ser menor de 16 anos, precisará do consentimento escri-

to do seu representante legal.

Caberá ao estabelecimento de saúde garantir, em tempo útil, a realização de uma consulta obrigatória à mulher, prévia à IVG, onde serão facultadas informações relevantes para a formação da sua decisão livre, consciente e responsável e também sobre o direito de beneficiar de acompanhamento psicológico facultativo e de assistência social durante o período de reflexão.

Os estabelecimentos de saúde legalmente autorizados a praticarem a IVG ficam obrigados a ter, além das especialidades de ginecologia e obstetria, serviços de acompanhamento psicológico e de assistência social.

Após a interrupção da gravidez, os estabelecimentos de saúde terão que encaminhar a mulher para o planeamento familiar.

Os médicos poderão recusar-se a realizar IVG's por objecção de

"Este processo contou, à partida, com os partidos que tomaram posição pelo 'sim'", clarificou, frisando que o que se pretende agora é alcançar "o maior consenso possível".

Alberto Martins destacou igualmente que a lei tem como objectivo central permitir que a decisão da mulher seja "livre, responsável e consciente", no respeito pela orientação resultante da recente consulta popular.

A proposta em questão, depois de ser discutida e votada na especialidade na Comissão de Assuntos Constitucionais, seguirá para votação final em plenário parlamentar, provavelmente a 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

Seguirá posteriormente para Belém e, após a sua promulgação, o Ministério da Saúde contará com 60 dias para a regulamentar, organizando correspondentemente o Serviço Nacional de Saúde, de modo a dar resposta.

Ao que tudo indica e se o processo não verificar demoras, a nova lei da IVG poderá ser implementada antes deste Verão. M.R.

consciência, mediante declaração escrita.

Os objectores de consciência não poderão participar na consulta prévia nem no acompanhamento previsto para o período de reflexão não inferior a três dias.

Os médicos que se escusarem a praticar IVG'S em estabelecimentos de saúde públicos não poderão realizá-las em instituições de saúde privadas.

# “Colocar a Agenda de Lisboa a velocidade de cruzeiro”



**O Governo chefiado por José Sócrates goza de credibilidade interna e tem sabido projectar a imagem de Portugal no mundo, atraindo os olhares internacionais sobre as nossas experiências reformistas. Esta é uma das ideias centrais sublinhadas por José Lello numa entrevista concedida ao “Acção Socialista”, onde fala também sobre a sua recente eleição para presidente da Assembleia Parlamentar da NATO, sobre a actividade do Departamento de Relações Internacionais do PS e dos complexos desafios que se colocam ao nosso país com a próxima presidência da União Europeia.**

MARY RODRIGUES

No passado dia 18 de Fevereiro, foi eleito presidente da Assembleia Parlamentar da NATO. Trata-se da primeira vez que um português é escolhido para esse cargo. Quais são as prioridades e projectos no exercício das suas novas funções?

É preciso esclarecer que estamos a falar de uma organização parlamentar, onde se integram 246 deputados e senadores eleitos pelos parlamentos nacionais dos 27 países da Aliança, incluindo ainda 53 ou-

tros deputados de países associados, e que aborda temáticas de segurança e conexas, como questões económicas, dos direitos humanos, defesa, tecnologias, entre outras.

Assim sendo, a missão fundamental do presidente desta instituição de notável dimensão é estabelecer sínteses das diferentes posições dos aliados, que possam constituir linhas políticas interessantes para o apoio da vertente mais executiva da Aliança.

A Assembleia Parlamentar da NATO tem também a interessante missão de testar soluções e

ir à frente dos conceitos desenvolvidos no quadro da estrutura executiva da organização.

Recordo-me de que, antes mesmo de se terem estabelecido programas de cooperação com países que pertenceram ao Pacto de Varsóvia, esta instituição foi a primeira estrutura da Aliança a criar o sistema de associação com esses estados.

Portanto, é na Assembleia Parlamentar que são testadas soluções que podem dar um contributo para estabelecer uma cooperação mais aprofundada, baseada na relação de confiança mútua entre os países, em prol da estabilidade, da paz e do diálogo no seio da comunidade internacional.

Neste sentido, é meu objectivo exercer as funções de presidente desta instituição na estrita observância das exigências inerentes à sua dimensão e responsabilidades estratégicas.

**Que papel, no seu entender, deve jogar o nosso país, enquanto aliado, numa NATO redesenhada à medida das necessidades da actual conjuntura internacional?**

Na sequência das alterações que se verificaram após a queda do Muro de Berlim e, mais recentemente, com os trágicos acontecimentos do 11 de Setembro, o paradigma de intervenção da NATO foi alterado.

Actualmente, a Aliança opera sem as restrições de actuação apenas e só dentro dos limites fronteiriços dos seus países-membros, ou seja, para além da área euro-atlântica, como se vê neste momento com a intervenção no Afeganistão e no Kosovo.

No novo paradigma da NATO, Portugal vê reforçada a sua posição. Por um lado, continua a ser uma ponte tradicional entre os dois pilares da Aliança – o americano e o europeu – e, por outro, no quadro do alargamento da capacidade de intervenção da Aliança, joga um papel vital no estabelecimento de sínteses que potenciem a coesão dos aliados na definição e prossecução dos objectivos comuns, que passam obviamente pela estabilidade, defesa dos direitos humanos, segurança e pela defesa da paz.

Parafraseando Eduardo Lourenço, é preciso não esquecer

que os portugueses sempre foram tradutores de culturas.

**Esse papel conciliador do nosso país poderá ver-se afectado com a polémica em torno dos voos da CIA?**

O papel de Portugal não será afectado minimamente por esse caso, até porque o próprio relatório da comissão específica do Parlamento Europeu sobre os voos da CIA, nas suas conclusões, faz uma apreciação sobre o nosso país absolutamente pacífica. Outra coisa não era de esperar!

A atitude de alguns dos membros dessa comissão, no sentido de colocar o nosso país num enfoque absolutamente obsessivo e fora de qualquer razoabilidade, é perversa para o nome de Portugal e constitui um favor para os países que realmente têm problemas com a alegada presença nos seus territórios de prisões secretas.

Eu sei que a questão não era Portugal e que ela tinha a ver, porventura, com problemas mal resolvidos do passado em relação ao presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso. Mas, a prioridade do Governo português é, e tem de

ser, a de preservar o bom-nome do nosso país e foi isso que foi feito.

É preciso que se diga que não é conhecido nenhum ilícito em relação aos voos da CIA, não há provas nem indícios de ter acontecido em Portugal algum ilícito. Todavia, se tal se provasse, constituiria um acto que não beneficiaria o nosso convívio com países amigos.

Considero que é bom que haja, neste momento, uma investigação da Procuradoria-Geral da República, que tem vocação para essa missão, pois quem deve investigar os ilícitos são as entidades competentes e não os políticos. Estes, quando descobrem indícios de um ilícito potencial, devem encaminhar toda a informação para as sedes próprias – as polícias e o Ministério Público –, visando uma investigação profícua, nos termos constitucionais, e profissional.

O Governo português está a actuar conforme à legalidade, sossegado. Se alguma coisa vier a ser encontrada, então deverá actuar naturalmente em conformidade com essa circunstância.

**Considera, então, que todo o empolgação na abordagem deste dossiê e do alegado envolvimento de Portugal tem sido mais prejudicial do que benéfico para a resolução do caso?**

Evidentemente. Tudo o que é feito com base na especulação e na atoarda não traz nada de bom para a adequada resolução do caso e coloca de uma forma desajustada o nome do nosso país, num filme onde Portugal não tem que estar.

**No panorama europeu, as eleições presidenciais francesas estão na ordem do dia. As sondagens começam a apontar para uma ligeira descida nas intenções de voto na candidata socialista Ségolène Royal. O que pensa sobre isto?**

Não fico muito feliz com essas sondagens, porque Ségolène Royal tem potencialidades extraordinárias, nomeadamente ao nível da imagem, num país como a França, que é um pouco chauvinista em relação às mulheres.

A vitória da candidata socialista nas presidenciais francesas seria, a meu ver, uma lufada de ar fresco na vida política interna daquele país. Acresce que Ségolène tem feito, desde o começo, um discurso contra os interesses instalados de uma classe política que se eterniza e que efectivamente tem pouca disponibilidade para reformar.

É evidente que a candidata tem um problema que passa pelo próprio eleitorado francês e que se prende com uma tentativa muito sólida de fraccionamento da esquerda.

Mas ela está a tentar, e a meu ver bem, cimentar as bases de uma estrutura sólida que a conduza à segunda volta das presidenciais onde, se acontecer, tudo será diferente.

**Que mais-valia para o projecto europeu resultaria de uma eventual eleição de Ségolène Royal?**

Desde logo a mais-valia de alterar efectivamente a forma como se faz política em França, passando esse sinal claro de mudança a outros países, como a Itália, onde a política se faz na base de um paradigma um pouco ultrapassado, onde os dirigentes se eternizam na base de um discurso fundado em modelos do passado.

Ségolène Royal tem trazido gente, situações e ideias novas à política. É evidente que muitas destas novidades estão, porventura, pouco elaboradas ainda, carecendo, por isso, de um certo tratamento e consolidação que, certamente, o debate político lhes trará.

Por isso, reafirmo a minha convicção de que uma eleição da candidata socialista nas presidenciais francesas não só agitaria a cena política interna daquele país, mas também a da própria União Europeia, igualmente marcada pelo tipo de rotina de que falávamos há pouco.

**A poucos meses da presidência portuguesa da UE, quais os pontos-chave que devem constar da agenda política externa?**

A presidência portuguesa da União tem desafios complexos pela frente, um deles, prioritário a meu ver, é colocar a Agenda de Lisboa a velocidade de cruzeiro.

É fundamental que a UE vença o repto da sua própria modernização, e faça uma opção clara pela ciência, procurando liderar este primeiro quartel do século XXI em termos de valorização do conhecimento como motor de crescimento, desenvolvimento e progresso.

Por outro lado, a presidência portuguesa traz ao debate europeu uma vertente que também é fundamental e que passa pela relação da União com a China.

Neste domínio, é bom que se diga, a Europa já está atrasada, porque quando foi lançada, na primeira presidência portuguesa de 2000, a conferência euro-africana, que foi boicotada, a relação entre os dois continentes esteve sem se desenvolver durante sete anos, isto porque essa relação estratégica não foi seguida.

Entretanto, outras potências, como a China, entraram claramente em África. É por isso que a Europa não pode deixar de ter uma política para o continente africano que promova o desenvolvimento e a cooperação, para que ele não seja, como neste momento é, uma bomba demográfica que coloca os maiores problemas aos seus vizinhos do Norte.

É crucial potenciar condições de crescimento, desenvolvimento, equilíbrio social e defesa dos direitos humanos em África. Acredito que a Europa pode, pela sua história, desempenhar um papel muito positivo neste plano.

Finalmente, a presidência portuguesa da União tem pela frente o desafio da redefinição do modelo europeu. É preciso resolver o problema dos tratados que sustentam a legalidade europeia, visando a sua adequação, de facto, à realidade



## “A presidência portuguesa da União tem pela frente o desafio da redefinição do modelo europeu”

actual, com o alargamento, entre outras questões.

Resolver estes problemas é, por isso, necessário e urgente. Naturalmente que a presidência alemã está a tentar dar um grande avanço neste aspecto, mas este dossiê certamente passará para a presidência portuguesa e vamos ter que ter capacidade de traduzir culturas e de servir de elemento de síntese, de modo a encontrarmos uma solução adequada para a superestrutura europeia.

**Por cá, em Portugal, fala-se do fim da emissão de bilhetes de identidade nos consulados e da centralização em Lisboa da emissão do novo Cartão de Cidadão. Ambos assuntos têm motivado críticas. Que comentário lhe merecem estas polémicas?**

No que diz respeito, em particular, ao Cartão do Cidadão – cinco em um –, posso dizer, com certeza, que estamos irrefutavelmente perante uma solução de grande alcance, única no mundo, e que reflecte bem o esforço dos portu-

gueses no combate à burocracia.

Trata-se, a meu ver, de uma boa tentativa de desenvolver formas mais eficazes de responder, em tempo útil, às necessidades dos cidadãos.

Quanto à questão das comunidades portuguesas no exterior e da sua relação com a o Estado português, acreditamos que os nossos consulados devem ser, cada vez mais, lojas do cidadão, ou seja, extensões da nossa Administração Pública, permitindo desse modo uma maior proximidade na relação com as pessoas que estão fora do território nacional.

A rede consular portuguesa precisa de ser adaptada à realidade dos nossos dias. A que temos actualmente resultou dos momentos da grande emigração dos anos 60 e 70. Ora, essas realidades alteraram-se profundamente. Os portugueses pertencem, há mais de duas décadas, ao projecto europeu e já não precisam de tantos serviços directos de consulado como necessitaram no passado.

Por outro lado, os próprios destinos da imigração portuguesa alteraram-se e é preciso levar em consideração ainda que muitos dos nossos emigrantes possuem hoje dupla nacionalidade. Portanto, não há actualmente a mesma pressão de necessidade de emissão de documentos consulares que houve no passado.

Neste sentido, a reestruturação da rede consular e até da rede de embaixadas portuguesas é incontornável, de forma a assegurar uma adequada representação do nosso país no estrangeiro, atendendo às

necessidades e às circunstâncias dos nossos dias e às estratégias orientadoras da actual política externa de Portugal.

Mas, esta reforma precisa de ter as contrapartidas oferecidas pelas novas tecnologias. Não faz sentido manter alguns serviços consulares com elevados custos fixos, apenas e só para continuarmos ancorados na burocracia tradicional da administração precedente.

É preciso que se diga que esta não é uma reforma em que Portugal se encontra sozinho. Países como a França e os Estados Unidos estão a fazê-la, fechando alguns consulados, isto porque o mundo se tornou mais pequeno com a possibilidade de recurso à Internet, com o uso das assinaturas digitais certificadas, entre outros avanços.

Recorde-se, a este propósito, que o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros anunciou recentemente a criação de 500 consulados virtuais. Estes novos serviços permitirão que os utentes possam utilizar a Internet para requerer e receber certidões e para a obtenção de todo um leque de documentos necessários, que não se limitam apenas ao bilhete de identidade nem ao passaporte.

Acresce, agora numa outra vertente, que quer os passaportes quer os bilhetes de identidade, têm de ser securizados pelos governos.

**A questão que se coloca é precisamente a de saber como articular essas duas vertentes – uso de novas tecnologias e segurança?**

Nesse domínio, é preciso sublinhar que os passaportes elec-



trónicos de nova geração estão a ser gradativamente produzidos atendendo às exigências das novas tecnologias de informação e da crescente necessidade de segurança.

Quero dizer que o passaporte electrónico português possui as melhores valências de segurança do nosso tempo, a nível internacional.

Esta é uma mudança fundamental num mundo que é reconhecidamente cada vez mais perigoso e no qual a luta contra o terrorismo deve ser um factor prioritário, designadamente para os países ocidentais e, portanto, o desafio passa por produzirmos documentos cada vez seguros e, ao mesmo tempo, livrarmo-nos de um peso e custo burocráticos que actualmente já não se justificam.

**Prosseguindo com a temática das grandes mudanças, desta feita no panorama nacional, muito se tem falado da reforma do Parlamento. Qual é o ponto da situação desse processo?**

Na parte que me diz respeito, isto é, a que se prende com a administração da Assembleia da República, estamos, neste momento, a desenvolver um conjunto de investimentos fundamentais para criar condições de melhoria da actividade parlamentar, designadamente no que diz respeito à renovação dos meios informáticos.

Aliás, as condições de trabalho dos deputados no hemiciclo de São Bento vão sofrer, a partir de Junho, alterações profundíssimas com a possibilidade de acesso a todas

as bases de dados da Assembleia da República, garantindo toda a informação em tempo útil, permitindo igualmente que possam enriquecer, complementar e fortalecer as suas intervenções com recurso a material multimédia reproduzido em plasmas que serão localizados convenientemente.

Relativamente ao processo que a bancada do PS está a desenvolver no âmbito da reforma do Parlamento, há um grupo de trabalho que está a reunir contributos dos diversos debates no sentido de reforçar a eficácia do trabalho parlamentar, muito particularmente o desenvolvido em sede de comissão, mediante mudanças nos meios de assessoria e de acesso à informação, procurando cada vez mais profissionalismo, rigor e, sobretudo, ganhos de eficácia.

**A nível interno, qual o balanço que faz do trabalho desenvolvido no âmbito das Relações Internacionais do PS?**

O Departamento Internacional tem estado em perfeita sintonia com os desígnios assumidos nas intervenções do nosso secretário-geral. Tem estado muito interveniente nas duas áreas principais da sua acção, isto é, na Internacional Socialista e no Partido Socialista Europeu.

No primeiro caso, o Departamento tem estado sempre presente e obteve um grande êxito com a eleição do nosso camarada José Sócrates para vice-presidente da Internacional, o ano passado, em Atenas.

Esta eleição resultou não só do

**Os portugueses sabem que as reformas, embora duras, têm de ser feitas para o bem do futuro de Portugal, e é por isso que continuam a depositar a sua confiança em José Sócrates”**

prestígio de que goza o nosso líder, mas também do prestígio do PS no seio de um fórum tão importante como é a IS, onde, aliás, temos promovido também um estreitamento de ligações com os partidos socialistas dos países de língua oficial portuguesa.

Quanto ao PSE, também o trabalho do Departamento de Relações Internacionais tem sido profícuo, tendo um dos seus momentos mais altos na realização do Congresso, no Porto, que, manifestamente foi um sucesso, inclusivamente mediático e além-fronteiras.

A reunião magna dos socialistas europeus veio evidenciar, perante a opinião pública portuguesa e mundial, a maturidade e a dimensão de homem de Estado no diálogo internacional de José Sócrates. Esta imagem ficou patente naquele momento marcante, sobretudo do ponto de vista da substância política, em que o nosso secretário-geral e primeiro-ministro se posicionou entre o líder do Partido Democrata dos EUA e o presidente do PSE, Paul Rasmussen,

estabelecendo uma ponte entre a nova América multilateralista e os socialistas da Europa.

Estamos, portanto, a cumprir a nossa obrigação e, essencialmente, a ir no sentido político traçado, o que nos dá, evidentemente, muita satisfação.

**Para terminar... José Sócrates lidera um Governo que tem tomado decisões difíceis e impopulares; porém, as sondagens revelam que mantém o nível de aceitação e credibilidade junto dos portugueses. No panorama internacional, Portugal tem conseguido projectar uma nova imagem de país presente, dinâmico e interveniente. Estamos, pois, no bom caminho?**

Sim, é importante perceber que, no panorama internacional, é de tal maneira boa a imagem que José Sócrates tem conquistado como empreendedor de reformas profundas, que muitas das grandes mudanças que se estão a operar no nosso país estão a ser seguidas, à lupa, por todos os nossos vizinhos, especialmente as reformas da Administração Pública e da Segurança Social.

Portugal assume uma vanguarda da mudança, constituindo-se, hoje, como um laboratório de reformas na mira atenta do resto da Europa.

Por outro lado, o prestígio de Sócrates tem crescido de tal modo que me cria enormes dificuldades, porque não há congresso de partido europeu ou organização da IS que não solicite a presença do nosso líder. Mas a agenda interna do primeiro-ministro não me permite dar em todos os casos respostas positivas.

Em termos nacionais, o prestígio do nosso secretário-geral e chefe de Governo é grande, essencialmente pela credibilidade que tem ganho. José Sócrates é um homem assertivo e não tem medo de fazer as reformas necessárias para que tudo, no país, não fique na mesma.

Os portugueses sabem que as reformas, embora duras, têm de ser feitas para o bem do futuro de Portugal, e é por isso que continuam a depositar a sua confiança em José Sócrates.

Estou convicto de que 2007 é um momento fundamental para a sustentabilidade de todas as mudanças encetadas pelo Governo socialista. Será certamente um ano difícil, em que será desenvolvido em pleno o PRACE, permitindo qualificar e desburocratizar os serviços do Estado, mas estou certo de que em 2008 Portugal vai entrar em velocidade de cruzeiro.

As políticas de consolidação das contas públicas estão a dar resultados. Avançamos substancialmente em relação aos objectivos de combate ao défice. Por isso, uma vez conseguida a consolidação orçamental, estaremos em condições de acelerar o nosso crescimento económico, gerar mais emprego, progresso e qualidade de vida para os portugueses.

## LELLO ELEITO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA NATO



**José Lello, secretário nacional do PS para as Relações Internacionais, foi eleito, por unanimidade, presidente da Assembleia Parlamentar da NATO. Em 60 anos de história da organização, que integra parlamentares de 27 países membros da Aliança Atlântica, será a primeira vez que um deputado português chega à presidência.**

É UM grande desafio e um lugar de responsabilidade. O meu contributo será para esbater as eventuais diferenças entre os aliados e fazer uma síntese que contribua para o bom entendimento”, sublinhou José Lello, acrescentando estar “muito feliz” com a nomeação, sobretudo “por se tratar da primeira vez que um português ocupa este cargo”.

José Lello substituirá o holandês Bert Konders, que vai assumir o lugar de ministro da Cooperação e Desenvolvimento do Governo de Haia.

Citando o ensaísta Eduardo Lourenço, o também deputado socialista observou que “os portugueses parecem ter um certo talento para facilitar o relacionamento entre os povos”.

Entre os desafios que irá deparar-se, José Lello apontou “a situação no Afeganistão, onde os aliados estão muito envolvidos e as questões da segurança e da luta contra o terrorismo, fenómenos actualmente bastante complexos”.

Na Assembleia Parlamentar da NATO estão também representadas delegações de observadores caso da Rússia e de países da Bacia do Mediterrâneo e uma delegação do Parlamento Europeu, da qual fazem parte, entre outros, os eurodeputados socialistas portugueses Ana Gomes e Paulo Casaca.

Além de vários cargos na direcção do PS, José Lello desempenhou durante os governos de António Guterres as funções de secretário de Estado das Comunidades, entre 1995 e 1999, e de ministro da Juventude e do Desporto, entre 1999 e 2002.

# Resultados obtidos pela Justiça considerados extraordinários

Os resultados alcançados pela Justiça em 2006 foram “absolutamente extraordinários, surpreendentes e motivadores”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 26, na cerimónia de apresentação dos resultados do sistema judicial nos últimos dois anos (2005/2007).

SEGUNDO os dados revelados pelo Ministério da Justiça, o número de processos pendentes nos tribunais portugueses diminuiu nos últimos dois anos, o que acontece pela primeira vez na última década.

Nos últimos dois anos, refere o ministério, houve uma descida de 0,4 por cento da pendência processual, o que representa menos 6675 processos nos tribunais, num universo de cerca de 1,7 milhões à espera de resolução.

O primeiro-ministro começou por salientar a inversão da tendência do número de processos nos tribunais portugueses.

“2006 foi o ano da inversão. O mais difícil é sempre mudar a inclinação das rectas e isso foi conseguido”, disse o primeiro-ministro.

Para José Sócrates, os resultados apresentados pelo Ministério da Justiça significam “uma vitória sobre a inércia” e provam que “o monstro pendência processual começou a ceder e a apresentar os primeiros sinais de que é possível ser combatido”.

Por outro lado, indicam também os números do Ministério, a re-



dução das férias judiciais para um mês resultou num aumento de 57,3 por cento do número de processos concluídos em Julho, Agosto e Setembro de 2006.

Por sua vez, o ministro da Justiça disse que a diminuição dos processos pendentes nos tribunais portugueses, registada em 2006,

“demonstra que o monstro pendência processual é possível ser combatido”.

Em 2006, salientou, “conseguimos iniciar o caminho para o des congestionamento dos tribunais. Invertamos a tendência de crescimento do monstro”.

Uma inversão que, na sua opi-

nião, se deve “ao conjunto de medidas orientado para o des congestionamento dos tribunais”, e constitui “um estímulo para se seguir no mesmo caminho”.

“Os resultados do sistema judicial em 2006 são francamente estimulantes e o Governo vai continuar a tomar medidas de des-

congestionamento dos tribunais, desmaterialização de processos e resolução alternativa de litígios”, adiantou.

Alberto Costa anunciou mais medidas “com incidência na acção executiva” e a “continuação de políticas a favor das formas de resolução alternativa de litígios”.

## PENHORAS ELECTRÓNICAS DE QUOTAS POSSÍVEIS A PARTIR DE JUNHO

VISANDO diminuir as acções executivas pendentes nos tribunais, o ministro da Justiça anunciou que, a partir de Junho, vão poder ser feitas penhoras electrónicas de quotas de sociedades.

Alberto Costa, que falava no dia 23, na sessão de abertura das jornadas de estudo da Câmara dos Solicitadores, na Universidade Católica, em Lisboa, disse que “as penhoras electrónicas de depósitos bancários é uma medida que brevemente vai ser apresentada e que visa acelerar as acções executiva, mas em Junho entrarão em vigor, no âmbito do projecto ‘Empresa on-line’, as penhoras electrónicas de quotas”.

A aposta em mecanismos electrónicos para acesso a bases de dados e realização de penhoras é um dos objectivos do Governo, pois “é o melhor meio para reduzir custos na execução e proporcionar uma penhora efectiva”.

A proposta da penhora electrónica está a ser desenvolvida com a intervenção da Câmara dos Solicitadores, do Ministério da Justiça e a Associação Portuguesa de Bancos.

Alberto Costa lembrou as 17 medidas tomadas pelo Governo, em Junho de 2005, para desbloquear as acções executivas, as principais responsáveis pelo congestionamento dos tribunais.



## Governo anuncia 200 equipas de primeira intervenção no combate aos fogos florestais

COM VISTA a conseguir uma maior eficácia no combate aos fogos florestais, o Governo anunciou a constituição, até 2009, de 200 equipas de primeira intervenção, das quais 60 estarão operacionais já este ano nas zonas do país com maior risco de incêndio.

Segundo o secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, a constituição dessas equipas está a ser preparada em estreita colaboração com os municípios e as primeiras 60 deverão ficar instaladas nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Guarda, Viseu e Coimbra.

O governante falava durante a apresentação do programa de formação no âmbito do combate a incêndios florestais para 2007, na sede do Serviço Nacional de



Bombeiros e Protecção Civil, em Carnaxide, Oeiras.

No âmbito da reforma em curso do sistema nacional de Protecção Civil, o Governo já tinha anunciado a criação da figura do comandante operacional municipal, que terá a responsabilidade de coordenar no

terreno os agentes de combate a incêndios.

O próprio Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil passará a designar-se Autoridade Nacional de Protecção Civil, com poderes reforçados.

Quanto ao dispositivo de resposta aos incêndios florestais, Ascenso Simões adiantou que para este ano os meios deverão ser idênticos aos de 2006.

Recorde-se que os 435 corpos de bombeiros do continente realizaram entre Janeiro e Outubro do ano passado 40.156 acções de combate a incêndios, das quais 25.985 relativas a incêndios florestais.

No mesmo período, a área ardida ascendeu a cerca de 75 mil hectares, quatro vezes e meia menor que a verificada em igual período de 2005.

# Cartão de Cidadão acessível a todos em 2008



**O Cartão de Cidadão demonstra que o país tem uma Administração Pública "moderna, exigente e ambiciosa", afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, na sessão de lançamento nacional do novo documento oficial dos portugueses.**

SEGUNDO José Sócrates, a cerimónia de entrega dos primeiros dois cartões demonstra que o que "parecia uma utopia há seis anos atrás" foi possível concretizar, graças ao esforço e dedicação da Administração Pública.

Na sua opinião, o facto de a cerimónia de lançamento do Cartão de Cidadão ter ocorrido na Horta, a cidade mais periférica do país e da Europa, revela, também, que o cartão "é para todos" os portugueses.

Por sua vez, o presidente do Governo Regional dos Açores destacou a conjugação de vontades e esforços entre as administrações Central e Regional, que permitiram concretizar o lançamento do Cartão de Cidadão na ilha do Faial.

Carlos César manifestou a sua convicção de que as autonomias político-administrativas insulares serão mais "fortes", quanto mais "genuína" e "cúmplice" for a cooperação entre os seus órgãos de governo próprio e os da República.

E realçou, ainda, o esforço em

modernizar a Administração Regional, caso de um novo enquadramento normativo que permitirá assegurar que um cidadão que contacte um determinado serviço não tenha de se deslocar a outros departamentos, independentemente dos assuntos que pretenda tratar.

Os cerca de 15 mil habitantes da ilha do Faial vão ser, assim, os primeiros portugueses a receber o novo documento nacional de identificação, na sequência da escolha dos Açores para lançamento do Cartão do Cidadão.

A ilha do Faial, uma das cinco do Grupo Central dos Açores, foi a escolhida para o lançamento do novo Cartão do Cidadão, que será emitido com recurso à nova plataforma tecnológica da Administração Regional, que garante uma rede de comunicações entre todas as ilhas o exterior.

No Continente, Portalegre vai ser o primeiro distrito a emitir o cartão que substitui o Bilhete de Identidade e os cartões de contribuinte, Segurança Social e Saúde e, futuramente, o de número de eleitor.

Nos próximos meses, a emissão dos novos cartões deverá estar generalizada às nove ilhas dos Açores, chegando a Portalegre em Julho e alargando-se aos distritos de Évora e Bragança em Outubro.

Nos restantes distritos do país, na Região Autónoma da Madeira e nos consulados portugueses no

## 5 em 1

O novo Cartão de Cidadão vai substituir o Bilhete de Identidade, os cartões de Contribuinte, da Segurança Social, do Utente da Saúde e, futuramente, o de Eleitor

estrangeiro os documentos vão ser emitidos apenas em 2008.

Com um custo de 12 euros, o cartão terá um prazo de validade que não pode exceder os cinco anos, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Integrado na estratégia de modernização da Administração Pública Nacional, o novo documento português insere-se na política comunitária de identificação electrónica e de protecção de dados pessoais.

A frente do cartão vai incluir a fotografia, assinatura, sexo, altura, data de nascimento e nacionalidade do titular, enquanto no verso constará a filiação, os vários números de identificação e uma zona de leitura óptica, que permitirá o seu uso como documento de viagem no espaço Schengen.

Vai ter, ainda, um chip com dois certificados digitais que permitem a autenticação electrónica segura do cidadão e a assinatura digital qualificada sobre documentos electrónicos.

### OPINIÃO



**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

*O novo Cartão do Cidadão induz uma revolução silenciosa na arquitectura da nossa administração pública, orientando-a para as soluções e para as necessidades das pessoas, qualificando o serviço público e forçando a eliminação de redundâncias e de ruídos burocráticos supletivos*

## UMA REVOLUÇÃO SILENCIOSA

O GOVERNO iniciou dia 14 de Fevereiro, na ilha do Faial, a emissão do novo Cartão do Cidadão, medida emblemática do processo de modernização da Administração Pública e do Plano Tecnológico.

Segundo o calendário previsto, até final de 2008 todos os cidadãos portugueses passarão a ter acesso a esse novo documento de identificação, que substitui cinco cartões actualmente usados (Bilhete de Identidade, Número de Identificação Fiscal, Cartão do Sistema de Saúde, Cartão da Segurança Social e Cartão de Eleitor), além de incorporar uma importante valência de certificação electrónica do utilizador.

Do ponto de vista do utente, o Cartão do Cidadão proporciona um ganho significativo na simplificação, no conforto e na segurança. É no entanto na face não visível do processo, que o impacto do novo Cartão do Cidadão será mais relevante em termos de modernização da Administração Pública.

Ao promover a integração e a sistematização de múltiplas fontes de informação tendo por referência os indivíduos e não as normas ou os procedimentos, o novo Cartão do Cidadão induz uma revolução silenciosa na arquitectura da nossa Administração Pública, orientando-a para as soluções e para as necessidades das pessoas, qualificando o serviço público e forçando a eliminação de redundâncias e de ruídos burocráticos supletivos.

O Governo já demonstrou o seu forte impulso reformista. As reformas na sociedade actual não podem deixar de ter uma componente legislativa, mas contemplam também e cada vez mais uma componente de eficiência e eficácia no desenho e na concretização das políticas e dos processos que as tornam possíveis.

No contexto da Agenda de Lisboa e do Plano Tecnológico, o Governo tem sublinhado a ideia de que não há reforma eficiente da Administração Pública sem um forte empenho e contributo dos seus agentes.

Uma arquitectura transparente e racional de suporte ao funcionamento da Administração e dos seus processos devolve aos agentes do serviço público o poder pleno de resolver os problemas dos cidadãos, minimizando em contrapartida os riscos de afirmação de culturas de sub poder ou bloqueio. É essa revolução de orientação e foco que constitui a chave para uma modernização tranquila da nossa administração.

O novo Cartão do Cidadão é um passo de gigante e um estandarte vigoroso da reforma em curso.



## OPINIÃO

## LISBOA EM DESGRAÇA



MIGUEL COELHO

*A Câmara já só é governada a partir da Travessa de S. Caetano, onde o líder Marques Mendes determina quem fica e quem deve sair*

QUANDO denunciámos, no debate realizado na Assembleia Municipal, em Outubro do ano passado, sobre o Estado da Cidade – que Lisboa estava sem rumo, nem estratégia e que o presidente da Câmara, Carmona Rodrigues, já evidenciava uma total incapacidade de exercício da sua liderança e autoridade política, logo de início posta em causa pelo PSD da cidade – embora certos, estávamos longe de imaginar que a degradação do município chegasse ao ponto a que chegou.

À manifesta incompetência gestonária de Carmona Rodrigues e da sua equipa, que levaram a Câmara a uma situação de “falência técnica”, uma vez que já hoje em dia, tudo aponta para a constatação de que as despesas com o pessoal, o serviço da dívida, as despesas de funcionamento, as transferências para as Juntas de Freguesia e outros encargos são superiores à receita estrutural do município, juntou-se igualmente uma outra manifesta incompetência, que foi a gestão politicamente incorrecta dos diversos e escaldantes dossiers.

Se no que se refere à situação financeira, alguma da responsabilidade também cabe ao anterior presidente Santana Lopes, a desastrosa gestão política é, sobretudo, de Carmona Rodrigues e do actual PSD. Uma Câmara com cerca de 11 mil funcionários, muito burocratizada e com responsáveis políticos imaturos e incompetentes, é uma Câmara propiciadora de situações pouco transparentes, algumas delas, quiçá, merecedoras de apreciação judicial, que obrigava, desde o início, a um preciso discurso e tratamento político que esta maioria de direita, PSD/CDS, não quis ou não soube implementar. Benignamente, quero crer, que por incúria e incompetência.

Não soube esta maioria interpretar os sinais emergentes com a conclusão do Processo do Parque Mayer, isto é a sua hasta pública. Não escamoteando que a solução de permuta foi também viabilizada pelo PS e pelo Bloco de Esquerda, porque baseada em avaliações consideradas correctas e constituindo no momento a solução possível para um velho problema, a hasta pública assumiu contornos de todo surrealistas. Se o PSD e o presidente da Câmara tivessem feito o óbvio – que aliás o PS solicitou – tinham anulado a hasta pública e transmitido um sinal de credibilidade aos lisboetas. Não foi assim neste caso, como não o foi com inacreditável caso do prédio da Av. Infante Santo, do célebre Bibi (não o da Casa Pia, mas o outro, que se gabava de não pagar impostos), como também não soube agir com firmeza política logo que começaram a surgir os casos da EPUL. Juntando a isto tudo a apressada tentativa de aprovar o projecto em Marvila nos terrenos reservados para a terceira travessia do Tejo, compreende-se que esta Câmara tenha comprometido, irremediavelmente, a sua própria imagem e credibilidade.

Neste quadro, as visitas da polícia fizeram o resto perante a opinião pública.

Lisboa está paralisada, sem estratégia, e até, sem capacidade diária de gestão. Quem se ressentir? As pessoas que aqui vivem e trabalham.

Há soluções? É muito tarde uma vez que o PSD desperdiçou todas as oportunidades. A oposição não tem, objectivamente, condições concretas para votar qualquer proposta que venha do urbanismo. Mesmo as mais pacíficas. Por culpa de Carmona Rodrigues e do PSD, qualquer votação de um projecto, será sempre entendida pelos lisboetas como um acto de cumplicidade ilícita. Como o PSD sozinho não consegue aprovar nenhuma proposta, concluiremos que a cidade está mesmo paralisada.

Perante este cenário catastrófico sempre

defendi que o Partido Socialista em Lisboa devia, em primeiro lugar, assumir as suas responsabilidades para com os lisboetas. Mas também não pode esquecer-se que estes, há pouco mais de um ano, deram uma expressiva vitória a Carmona Rodrigues e ao PSD. Por essa razão entendemos perguntar se estavam em condições de governar, com que solução de estabilidade e com que prioridades. Dissemos mesmo, que se não assumissem a capacidade de responder a estes quesitos, passaríamos a considerar a cidade como definitivamente bloqueada. É o que está a acontecer.

A Câmara já só é governada a partir da Travessa de S. Caetano, onde o líder Marques Mendes determina quem fica e quem deve sair – a julgar pelo seu critério aplicado em situações anteriores, Carmona Rodrigues não tem outro remédio senão ir acumulando os pelouros dos que. Lisboa, deste modo, não aguenta mais.

Marques Mendes é assim o primeiro responsável por toda esta situação. Foi uma intervenção sua a propósito de uma nomeação para uma empresa municipal que precipitou o fim da aliança com o CDS de Nogueira Pinto.



Também é o responsável – dado os critérios que impôs no PSD sobre os autarcas constituídos arguidos – pela sucessiva demissão ou suspensão dos vereadores na autarquia de Lisboa, levando-a para uma situação de ingovernabilidade. O PSD de Lisboa também é responsável, não só pela incapacidade de promover uma correcta leitura política do actual momento, mas também porque neste ano e meio de mandato passou mais tempo a minar a liderança política de Carmona através dos sucessivos ataques que faziam ao seu “braço direito”, Gabriela Seara. Carmona Rodrigues, o “rosto” da Câmara Municipal, é, sobretudo, responsável pela incrível situação financeira do município – receitas inferiores às despesas e descontrolo da dívida – e é o responsável por nunca ter sabido impor-se, clarificando de imediato qualquer situação que merecesse dúvidas. Preferiu sempre, como as avestruzes, “enterrar a cabeça debaixo do chão”.

O PSD deve demitir-se da Câmara e possibilitar que, através de eleições intercalares, os lisboetas se pronunciem. Não porque entenda que este é o nosso momento. Uma autarquia em vias de falência, com uma Assembleia Municipal que não cai – a não ser que o PSD, “cavalheirescamente” decida fazer cair a Assembleia – e com repetição das eleições daqui a dois anos, nunca pode constituir um “momento apetecível”, mas porque Lisboa precisa, com urgência, de ter um rosto que transmita credibilidade e confiança para o futuro.

PS: A situação evolui tão rapidamente e surpreendentemente com o surgimento de novos casos que, necessariamente, qualquer análise pode pecar por desactualizada. Comprova-o mais esta surpreendente revelação do caso Gebalis. Mais um rombo na já inexistente credibilidade desta maioria.

## QUATRO PERGUNTAS A DIAS BAPTISTA, VEREADOR DO PS NA CML

## “Situação na Câmara tem-se degradado de forma contínua”

## Que comentário lhe merece a situação na Gebalis?

A situação na Gebalis – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa é muito preocupante. Porque para além de uma situação financeira muito grave, que tem vindo a piorar nos últimos anos, acresce agora o que parece ser uma guerra entre o vereador Sérgio Lipari e o presidente do CA da empresa, Francisco Ribeiro.

Com efeito, o relatório elaborado por uma comissão nomeada pelo vereador apresenta um conjunto de situações de enorme gravidade quanto ao funcionamento da empresa, nos últimos anos, depois da vitória do PSD na Câmara Municipal de Lisboa (CML) em Dezembro de 2001.

Mas o facto do vereador ter remetido aquele relatório directamente para o Tribunal de Contas e para a Inspecção-Geral de Finanças, sem que os visados tivessem podido defender-se, exercendo o direito ao contraditório, é muito grave e mina completamente a via do diálogo para o normal funcionamento da empresa.

Aliás, deve sublinhar-se também o facto de o vereador ter enviado o relatório para aquelas entidades – Tribunal de Contas e Inspecção-Geral de Finanças – sem prévio conhecimento do presidente da Câmara, o que é bem demonstrativo de como se está a desagregar o Executivo municipal do PSD.

## Dada a crescente degradação na Câmara de Lisboa, praticamente ingovernável, qual a forma de ultrapassar este problema?

A situação na Câmara Municipal de Lisboa tem-se degradado de forma contínua nos últimos tempos, por culpa do PSD.

Na verdade, não podemos deixar de sublinhar que os problemas na CML começaram com a intromissão do presidente do PSD, Marques Mendes, na vida da CML, ao impedir a votação de um membro do seu partido para administrador da Baixa-Chiado, SRU, o que veio a provocar o rompimento da coligação entre o PSD e o CDS, deixando, por isso, de existir maioria absoluta para o Executivo governar.

Este foi o primeiro factor de instabilidade na governação da CML, a que se seguiram a suspensão do mandato de dois vereadores do PSD. Primeiro a vereadora Gabriela Seara e depois o vice-presidente Fontão de Carvalho, ambos por terem sido constituídos arguidos em processos relacionados com a actividade municipal. Com a agravante do vice-presidente ter escondido tal situação durante



três meses, apesar do presidente da Câmara ter conhecimento da situação, o que é ainda mais grave.

Estes factos vieram quebrar a relação de confiança que tem de existir entre os eleitores e os eleitos e, em consequência disso, colocam em causa a credibilidade de Carmona Rodrigues e dos vereadores do PSD para assegurarem o mandato.

## Como interpreta a decisão do presidente Carmona Rodrigues ao chamar a si os pelouros que eram da responsabilidade dos vereadores entretanto constituídos arguidos?

A atitude do presidente da Câmara de chamar a si os pelouros dos vereadores que suspenderam o seu mandato denota falta de confiança na sua equipa e a consciência da fragilidade da sua vereação.

Com efeito, Carmona Rodrigues ao acumular as pastas do Urbanismo e das Finanças fica cada vez com menos disponibilidade para fazer a coordenação da Câmara e dos seus vereadores.

## O que é que os cidadãos de Lisboa podem esperar do PS neste momento?

Os cidadãos de Lisboa podem esperar do PS na CML uma atitude de grande responsabilidade e serenidade. A instabilidade que se vive na Câmara exige que o PS, como maior partido da oposição, continue a ser um factor de tranquilidade para os trabalhadores do município e para os cidadãos de Lisboa, com uma postura de oposição frontal, mas com uma intenção construtiva.

Os vereadores do PS continuarão a exigir ao PSD que dê possibilidade aos cidadãos de Lisboa de se pronunciarem, em eleições intercalares para a Câmara e para a Assembleia Municipal, por forma a repor a credibilidade e a confiança entre os eleitores e os eleitos da cidade de Lisboa. J. C. C. B.



# Não há autoridade no maior partido da oposição

**Na Câmara de Lisboa ou no Governo Regional da Madeira, “o PSD é fator de instabilidade”, acusou Alberto Martins, que também criticou Marques Mendes por ter dado todo o apoio à demissão de Jardim. “Já se percebeu que o líder do PSD está refém e caiu vítima da síndrome de Estocolmo: ‘apaixonou-se’ pelo seu raptor. Na Madeira, entre Jardim e Mendes, vive-se um idílio de encantamento”, disse o presidente do Grupo Parlamentar do PS.**



J. C. CASTELO BRANCO

NUMA intervenção no período de antes da ordem do dia sobre a situação política, Alberto Martins pôs a nu a estratégia que está por de trás de mais uma diatribe do presidente do Governo Regional da Madeira. O líder do Grupo Parlamentar do PS referiu que a demissão é um

“gesto gratuito, provocador, à espera que fique tudo na mesma”. Ou melhor, explicou, “com medo de cumprir o seu mandato até ao fim e sufragar-se, normalmente, ao fim de dois anos. Jardim antecipa-se, para se prolongar”.

Segundo o líder da bancada socialista, “a instabilidade mora na Madeira de braço dado com

**“Os madeirenses têm uma oportunidade de ouro para enviar o peronismo seródio de Jardim para o sítio que merece: para o passado”**

o revanchismo irresponsável e a ausência de ética democrática”, sublinhando que “não há interesse nacional ou interesse regional que resista à necessidade de protagonismo de Alberto João Jardim, que “usa a autonomia contra a autonomia, a democracia contra a democracia, o populismo contra a República”.

Alberto Martins acusou ainda Jardim de isolar a Madeira e provocar deliberadamente a instabilidade “com o único e exclusivo intuito de se plebiscitar a si próprio”. Uma postura que classificou de “completa irresponsabilidade”.

E assim, acrescentou, “cantando e rindo, segue o caminho do mais desbragado populismo. Que faça boa viagem, e que não nos incomode mais”.

Perante este cenário, o líder da bancada socialista afirmou que “os madeirenses têm aqui uma oportunidade de ouro para enviar o peronismo seródio de Jardim para o sítio que merece: para o passado. Que o façam o mais cedo possível”.

Por outro lado, Alberto Martins

referiu que o anúncio do demissionário presidente do Governo Regional da Madeira “consistiu um simples corolário de uma série muito infeliz de atitudes, que o líder do PSD, Marques Mendes, tem caucionado, também, pelo silêncio”.

“Por onde anda o dr. Marques Mendes enquanto Jardim calca a lei sob os seus pés e enxovalha esta Assembleia e o Presidente da República?”, perguntou o líder da bancada socialista, concluindo que é este “tipo de actuações, pouco credíveis, demagógicas e irresponsáveis, que têm vindo a transformar o PSD num partido reduzido a uma agenda populista regional e autárquica, sem dimensão nacional”.

O PSD, continuou, “é hoje um partido sem autoridade, que oferece solidariedade, mas ao qual ninguém atribui credibilidade. E se a demissão de Jardim é um sinal de terrível fraqueza e de completo desnorte, já o elogio do líder do PSD é sinal de algo mais grave. É uma caução, uma cedência, um erro”.

## PS acusa Jardim de “guerrilha” e Mendes de “falta de liderança”

**A demissão de Alberto João Jardim de presidente do Governo Regional da Madeira, num acto de “guerrilha institucional”, e o aval de Marques Mendes a esta decisão, reveladora de “incapacidade de liderança e falta de coragem”, mostram que o PSD é “um factor de instabilidade que contrasta flagrantemente com o que se passa no resto do país”, afirmou o porta-voz do PS, Vitalino Canas.**

EM CONFERÊNCIA de Imprensa no dia 19, na sede nacional do Largo do Rato, Vitalino Canas referiu que a direcção do PSD, ao ter vindo em apoio de João Jardim logo após a sua demissão, que não passa de “uma desesperada tentativa de prolongar o mandato eleitoral”, revela, “mais uma vez, que não está à altura das responsabilidades”. É que, frisou, “se fosse uma direcção forte, teria tido a possibilidade de o dissuadir”.

O dirigente socialista apelou ao fim dos “impropérios dirigidos” por Jardim “às instituições da República, desde o Presidente da República ao Tribunal Constitucional, passando pela Assembleia da República, pelo Governo e pelo primeiro-ministro”.

“Estamos cansados de insultos gratuitos. É particularmente grave o

ataque dirigido ao senhor Presidente da República”, salientou, recordando, a propósito, que, “com todos sabemos”, Cavaco Silva “promulgou uma lei que não agrada ao presidente do Governo Regional da Madeira”.

O dirigente socialista defendeu ainda que, quer o líder do PSD, quer o presidente do Governo Regional da Madeira, “mostram que só conseguem governar uma região autónoma se tiverem um Presidente da República, um Tribunal Constitucional e uma Assembleia da República e um Governo dóceis e disponíveis para se submeterem às suas exigências”.

Vitalino Canas insistiu que ao país “é difícil compreender” a demissão de Jardim, que se afigura “totalmente inútil do ponto de vista democrático”, já que “o Governo Regional da Madeira tem todas as condições para governar”.

Vitalino Canas afirmou-se ainda convicto de que em caso de eleições os socialistas madeirenses farão “certamente uma campanha eleitoral baseada em bons programas, numa boa equipa” e em defesa da Lei das Finanças Regionais.

### Traição à região

Reagindo de imediato, o líder do PS/Madeira, Jacinto Serrão, que concede ao “AS” uma entrevista que

publicamos na última página, considerou que o anúncio da demissão de Jardim do cargo de presidente do Governo Regional representa uma “traição aos madeirenses e porto-santenses que lhe confiaram uma maioria para governar e não para tremer perante a primeira contrariedade”.

E salientou que “só por razões de tática político-partidária e carreirismo político é que se compreende tal atitude”.

Na declaração proferida na sede do PS na região, Jacinto Serrão acusou ainda Jardim de estar a “isolar a Madeira e a prejudicar fortemente todos os madeirenses e porto-santenses”, acrescentando que a sua demissão “é a prova clara de que esta crise é muito grave e o seu culpado tem um rosto: Alberto João Jardim”.

Segundo o líder dos socialistas madeirenses, a recandidatura de Jardim “representa uma contradição insanável”.

Neste quadro, Jacinto Serrão defendeu ser “urgente um novo ciclo político” na região autónoma, frisando que “o PS está pronto para governar a Madeira, que está a atravessar uma grave crise financeira, económica e social”.

E apelou a todos os madeirenses para “ajudarem o PS a construir um projecto de mudança e de futuro” para a região”. J.C.C.B

## ALMEIDA SANTOS ALERTA PARA ABUSO DE PODERES DE JARDIM

O PRESIDENTE do PS, Almeida Santos, corroborou as preocupações dos socialistas madeirenses quanto ao facto do Governo de gestão de Alberto João Jardim estar a abusar dos seus poderes de forma eleitoralista.

À saída de Belém, o presidente do PS exigiu uma campanha eleitoral esclarecedora e deixou claro que em democracia nenhuma eleições estão ganhas à partida.

“O nosso líder na Madeira tem feito queixas de que, estando o Governo Regional em gestão, continua a usar os poderes que teria se não estivesse em gestão em matéria eleitoral ou mesmo eleitoralista”, disse.

Jacinto Serrão, presidente do PS/Madeira, foi um dos membros da delegação socialista que, com Almeida Santos, o líder parlamentar, Alberto Martins, e Vitalino Canas, porta-voz dos socialistas, esteve reunida com o Presidente da República para analisar a crise política aberta na Madeira com a demissão de Alberto João Jardim.

O presidente do PS referiu ainda que leis da República “são para cumprir”.

Sem adiantar uma sugestão de data para as eleições antecipadas, que considerou inevitáveis, Almeida Santos afirmou ser preciso conciliar os prazos constitucionais, mas também a exigência de “uma campanha eleitoral esclarecedora”.

O presidente do PS alertou ser necessário “não deixar degradar mais a situação” política na Madeira e que, na segunda quinzena de Maio, há uma reunião da Assembleia Parlamentar da NATO, e que, por isso, seria inconveniente coincidir com a campanha eleitoral para as regionais.

Almeida Santos lembrou ainda que num cenário de eleições regionais antecipadas a vitória do PSD não é um dado adquirido, já que em democracia “não há vitórias antecipadas. Há sempre condições para ganhar e para perder”.



# Assegurar um futuro sustentável para o nosso Estado Social

As Jornadas Parlamentares do PS, subordinadas ao tema “Reforma da Administração Pública”, decorreram em Óbidos, nos dias 13 e 14 de Fevereiro, num clima de grande contentamento pela vitória do “sim” no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, tema que marcou as intervenções do presidente da bancada socialista, Alberto Martins, e do secretário-geral do partido, José Sócrates, no arranque dos trabalhos.

Sobre o tema central das jornadas, o líder do grupo parlamentar vincou que as mudanças em curso visam modernizar, agilizar, descentralizar e tornar o Estado mais amigo dos cidadãos e das empresas.

MARY RODRIGUES

NO DISCURSO de abertura das jornadas, o secretário-geral do PS sublinhou a necessidade de fazer da reforma dos serviços do Estado um factor de modernidade.

Defendendo a optimização da gestão dos recursos humanos e financeiros da Administração Pública e um combate eficaz aos desperdícios, José Sócrates assegurou que a reforma deste sector tem essa orientação e joga um papel central na promoção e preservação do prestígio do Estado.

“Temos a obrigação de melhorar a nossa Administração Pública e de torná-la mais eficiente”, disse o primeiro-ministro, apontando de seguida para razões de “justiça e eficiência”.

Considerou, pois, de vital importância que o Governo, em estreita articulação com a maioria

parlamentar que o sustenta, faça a reforma do Estado e a leve até ao fim, à semelhança do que sucedeu com a da Segurança Social.

Também nesta matéria afirmou esperar estar “à altura das expectativas dos portugueses”.

Segundo Sócrates, a reforma da Administração Pública assentará em quatro pilares fundamentais: Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), mobilidade, reforma dos sistemas de vinculação e de avaliação.

A par do tema central das Jornadas Parlamentares do PS em Óbidos, o líder socialista congratulou-se pelo resultado alcançado no referendo de 11 de Fevereiro.

“No domingo Portugal mudou!”, exclamou na ocasião, manifestando orgulho pelo facto do PS ter estado na linha da frente desta mudança, sublinhando ain-

da que por isso mesmo “merece ser classificado como um partido verdadeiramente progressista”.

Por sua vez, Alberto Martins colocou a tónica do seu discurso na “excelente articulação” entre o Governo, o partido e a bancada socialista.

Sublinhando a realização das jornadas “dois dias depois de uma importantíssima vitória para o progresso nacional”, considerou ter ocorrido uma “mudança histórica” a qual tornará Portugal um país “mais justo e mais europeu”.

Em reacção a algumas vozes que pretendem sinalizar caminhos legislativos sobre a nova lei do aborto, foi claro: “Ninguém fará a lei por nós”.

Ainda sobre a vitória do “sim” exclamou: “Estávamos à espera deste momento desde o 25 de Abril”.



## Estado amigo dos cidadãos e das empresas

Já no discurso de encerramento das jornadas, o presidente do GP/PS afirmou que a “profunda reforma” do Estado que está em curso visa torná-lo “mais moderno, ágil, eficaz e descentralizado, amigo dos cidadãos e das empresas”, colocando-o ao serviço de

políticas sociais justas, equitativas e solidárias.

Ao afirmar que a reforma da Administração Pública “foi pensada e está a ser executada de acordo com a visão de um Estado de Direito, Democrático e Social”, esclareceu de seguida que este é um aspecto que “não é negociável”.

Demarcando-se claramente das teses neoliberais da direita, deu ga-





rantias de que os socialistas sabem bem o que querem nesta matéria.

“Queremos um Estado estratega e regulador” e “não queremos um Estado nem pretensamente pequeno, nem ausente, nem demissionário”, frisou.

Alberto Martins defendeu depois que para que os serviços públicos se mantenham “públicos, universais e inclusivos” têm que se

reformular, de modo a subsistirem a longo prazo e se defenderem “de todos os que pretendem desgastar ou simplesmente privatizar”.

“É disso que tratam estas jornadas – de como, através da reforma, podemos assegurar um futuro sustentável para o nosso Estado Social”, reafirmou.

Dando nota da intensa actividade desenvolvida pelos deputados

socialistas, o líder parlamentar do PS referiu que houve “uma participação individual e colectiva forte, diversificada e coesa, para a qual o contributo das mulheres tem sido absolutamente decisivo”.

Quanto à reforma da justiça, outro dos temas abordados na sua intervenção, Alberto Martins disse que esta “é um imperativo nacional”, justificando-se desta forma

“um entendimento o mais alargado possível, que não desvirtuasse as nossas próprias opções programáticas recolhidas no Programa de Governo”.

E considerou que o acordo político-parlamentar alcançado com o PSD torna as soluções encontradas “duradouras”, permitindo assim “estabilizar uma área decisiva do Estado de Direito”.

Lembrando que “já muito se fez” no âmbito da reforma da justiça, apontou, nomeadamente, o Plano de Descongestionamento dos Tribunais, que “permite responder ao crescente número de processos”, a alteração das regras de competência territorial, “que permitiu retirar das comarcas de Lisboa e Porto dezenas de milhares de processos de pequenas cobranças”, o Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa (Simplex), visando combater “o excesso de regulamentação e a burocracia”.

Alberto Martins referiu ainda a aprovação na Assembleia da República da Lei da Reforma dos Recursos Cíveis, que atribui ao Supremo Tribunal de Justiça “uma função essencial de orientação da jurisprudência”.

Por sua vez, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, destacou na sua intervenção do encerramento dos trabalhos a agenda do Governo para a restante sessão legislativa, na qual se inclui a revisão do sistema de carreiras, vínculos e remunerações na Administração Pública.

Depois de indicar que o Executivo quer a correspondente proposta de lei no Parlamento, até Junho deste ano, Santos Silva afirmou também que está prestes a entrar na Assembleia da República um diploma que impede que projectos de arquitectura possam ser elaborados por outras pessoas que não arquitectos.

#### Debates e visitas

No âmbito das Jornadas Parlamentares do PS em Óbidos realizaram-se três painéis temáticos. No primeiro destes espaços de debate, o ministro Correia de Campos

falou sobre as políticas de saúde, frisando que a reforma dos serviços do sistema público é “uma política verdadeiramente socialista”.

Na sua intervenção, o governante enalteceu os cuidados primários prestados nas recém-criadas unidades de saúde familiares (USF), por estas terem – segundo vincou – qualidade muito superior à dos centros de saúde tradicionais.

E finalizou a sua alocução acentuando que “é perante os portugueses” que o Executivo tem de responder e não perante médicos, enfermeiros ou farmacêuticos.

“Eles têm direito de fazer pressões e nós temos o dever de resistir a essas pressões”, concluiu.

A propósito da descentralização de competências para os municípios, o secretário de Estado adjunto e da Administração Central, Eduardo Cabrita, afirmou que “o desenvolvimento de sistemas de gestão territorial adequados constitui um requisito decisivo para um bom ordenamento do território”.

No âmbito desta medida – observou –, é prioritário construir uma estrutura coerente de governabilidade das várias escalas territoriais e definir, com clareza, em cada uma delas, as instituições intervenientes, os fundamentos da sua legitimidade e as respectivas competências e responsabilidades.

Na sua intervenção, o secretário de Estado deixou como sublinhado que ao fim de 30 anos de poder autárquico é chegado o momento de “uma nova geração de políticas locais e políticas sociais de proximidade, assentes em passos decisivos no caminho da efectiva descentralização”.

Por seu turno, o ministro do Ambiente, Nunes Correia, abordou as questões relativas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013.

De destacar ainda que as Jornadas Parlamentares do PS, em Óbidos, culminaram com um conjunto de visitas que os deputados socialistas realizaram a empresas e estabelecimentos de saúde de Óbidos e Caldas da Rainha e com uma deslocação à Câmara Municipal da Lourinhã.



## OPINIÃO

ODETE JOÃO  
Deputada do PS

*As provas globais são um instrumento de avaliação interna das escolas, pelo que se justifica que a decisão de as realizar ou não pertença a cada escola*

## AS PROVAS GLOBAIS E A AUTONOMIA DA ESCOLA

A AVALIAÇÃO tem como objectivo aperfeiçoar a actividade educativa e melhorar os resultados, regulando e orientando o processo de ensino aprendizagem e a sua principal função no ensino básico é contribuir para o sucesso escolar e verificar em que medida este foi conseguido.

À escola, no âmbito da sua autonomia, compete definir os critérios de avaliação e escolher os instrumentos de avaliação que melhor se adequem à comunidade que serve.

Para o Partido Socialista, as escolas são o centro do sistema educativo. Por isso, o reforço da sua autonomia é uma das linhas de acção política deste Governo.

A reforma do ensino básico trouxe, em 2001, uma nova dimensão do processo de avaliação e incide agora sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional. É neste contexto de mudança que as provas globais se mantiveram, contanto com um peso de 25 por cento na avaliação interna final.

À escola atribui-se a definição dos critérios de avaliação, mas obriga-se a utilizar este instrumento de avaliação, independentemente das suas dinâmicas ou opções estratégicas.

A dimensão da avaliação externa fica assegurada com a introdução, em 2005, dos exames de Matemática e Língua Portuguesa no 9º ano e, a partir de 2007, com a generalização das provas de aferição no 4º e 6º ano de escolaridade.

Avalia-se, assim, o desenvolvimento do currículo nacional, nomeadamente a qualidade das aprendizagens, a adequação aos programas e a conformidade das práticas educativas. A análise dos resultados pelas escolas não só irá permitir introduzir alterações nas práticas educativas, como conhecer o seu desempenho face à norma nacional.

Assim, poder-se-á considerar que o sistema de avaliação do ensino básico está consolidado. Por isso, manter as provas globais, por imposição da administração central, é excessivo.

As provas globais são um instrumento de avaliação interna das escolas, pelo que se justifica que a decisão de as realizar ou não pertença a cada escola.

Reconhecemos, hoje, que o centralismo das políticas educativas, não só não melhorou a qualidade do serviço de educação prestado, como atirou para fora do sistema milhares e milhares de jovens.

A actual equipa governativa, ao publicar o despacho normativo 5/2007, não acabou com as provas globais no ensino básico, antes descentraliza a sua acção, e atribui essa escolha à escola que é quem melhor conhece a dimensão formativa da avaliação no ensino básico.

Esta medida, muito para além da decisão, consubstancia a autonomia da escola e reforça a sua responsabilidade.

Aliás, em 2003, o então ministro David Justino eliminou, no ensino secundário, a obrigatoriedade das provas globais acometendo à escola a decisão de as manter ou não. Na altura, e contrariamente ao que acontece agora, esta medida não causou qualquer constrangimento ao PSD, nem foi conotada como uma qualquer manobra de facilitismo.

Enraizar em todas as dimensões do sistema de educação a cultura da avaliação, do rigor e da confiança nas escolas é um dos vectores de acção do Programa do Partido Socialista.

É neste contexto que a escola e os professores têm um papel insubstituível, pois com o seu trabalho exigente e dedicado diariamente procuram construir melhores resultados no sistema educativo, elevam os níveis de formação e qualificação dos portugueses, essencial para o desenvolvimento pessoal e cívico e são factores de coesão social.

Este é o caminho do Partido Socialista na defesa da escola pública.

# Sócrates garante igualdade de oportunidades para todos



PORTUGAL está a dar passos significativos num conjunto de políticas com o objectivo de desenvolver uma maior igualdade de oportunidades para todos e também no combate à discriminação, afirmou o primeiro-ministro na sessão de apresentação do Plano Nacional de Acção do Ano Europeu de Oportunidades para Todos, que teve lugar no Centro de Congressos de Lisboa.

No âmbito deste plano Sócrates anunciou um vasto conjunto de iniciativas, entre as quais se destaca a criação de assembleias municipais especificamente destinadas a debater a igualdade na diversidade.

Esta diligência proposta aos 308 municípios conta já com a aderência de 40 municípios que responderam afirmativamente ao desafio.

Recorde-se que o Plano de Acção Nacional contempla um total de 19 iniciativas, entre as quais as já mencionadas assembleias locais onde se retende aprofundar a problemática da igualdade na diversidade colocando em debate as principais formas de discriminação, através da realização de sessões temáticas.

De acordo com os objectivos do Governo, o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos, será central, como sublinhou Sócrates, “na presidência portuguesa da União Europeia”,

que terá lugar durante o segundo semestre de 2007, razão pela qual, garantiu, pretende aproveitar a ocasião para “sensibilizar os cidadãos para uma sociedade mais justa e mais solidária”.

Para que um projecto com esta dimensão e importância possa de facto funcionar, referiu o primeiro-ministro, o Governo pretende avançar com um conjunto vasto de iniciativas que passam, entre outras, pela promoção da igualdade e da não discriminação, onde se ofereçam a todas as pessoas, como acentuou, independentemente do sexo, origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual, “as mesmas oportunidades”.

Para o chefe do Governo, contudo, quando se fala em igualdade de oportunidades sem dúvida que se olha para o Estado que “em primeira linha” deve ser o primeiro a dar o exemplo, cabendo, por outro lado, aos cidadãos “e a cada um de nós”, o dever de contribuir também e de forma decisiva “para uma sociedade cada vez mais justa e livre”.

O muito que ainda há a fazer neste capítulo levou o primeiro-ministro a admitir que, apesar dos passos já entretanto dados, o caminho é ainda longo até se atingir um cenário de verdadeira igualdade de oportunidades para todos e no combate à discriminação.

José Sócrates congratulou-se

contudo, e desde já, com o que classificou de “orgulho para Portugal” pelo facto de poder exercer a presidência da União Europeia precisamente durante o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades, uma vez que, entre outros aspectos, “trata-se de dar expressão concreta àquilo que está presente na Estratégia de Lisboa”.

De facto, disse, se há aspecto político que orienta a Europa no seu desenvolvimento, esse ângulo relaciona-se directamente com o estabelecido na Estratégia de Lisboa, nomeadamente no que se refere à sua dimensão social, “talvez o programa inspirador deste Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades”.

Mas se o caminho até se atingirem os objectivos cobichados ainda não está tão perto como seria desejável, também é verdade que o Governo não tem estado parado neste capítulo, como recordou o primeiro-ministro. Sócrates lembrou o trabalho já desenvolvido pelo seu Executivo no que respeita, nomeadamente à Lei da Paridade, “uma das mais importantes desta legislatura”, a Lei da Nacionalidade, o complemento solidário para os idosos e a iniciativa Novas Oportunidades, no âmbito dos ministérios do Trabalho e da Solidariedade, da Saúde e da Educação, uma vez que o “acesso ao emprego e a boas remunerações está intimamente dependente das qualificações”. R.S.A.

# Reforçar a presença dos agentes da GNR e da PSP em funções de carácter policial

DEBATE MENSAL

O primeiro-ministro foi ao Parlamento apresentar em linhas gerais a Reforma da Segurança Interna e das Forças de Segurança, iniciativa que classificou como emblemática no rumo das restantes medidas políticas que o Executivo socialista tem vindo a apresentar ao país.

RUI SOLANO DE ALMEIDA



O EXECUTIVO socialista quer proceder à separação entre operacionais e agentes sem funções policiais. Nesta perspectiva, defendeu José Sócrates, no debate mensal no Parlamento, o objectivo é criar um quadro próprio para o pessoal administrativo, criando deste modo uma maior disponibilidade e operacionalidade para que mais elementos das forças de segurança possam ser disponibilizados para a vigilância das ruas.

Simultaneamente, o primeiro-ministro referiu ainda que a reforma apresenta pelo Governo dedica especial atenção, a par da maior racionalização da gestão dos recursos humanos nas forças policiais, à instalação do Sistema de Comunicações de Emergência, Segurança e Protecção (SCESP), processo que teve o seu início há cerca de sete anos mas que aguardar, ainda um plano de desenvolvimento.

O Governo prevê, neste particular, uma revisão da Lei de Segurança Interna, aprovada em 1987, adequando-a às novas ameaças e procedendo a um aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Informação Criminal, trabalho que o Executivo diz encontrar-se suspenso desde 2000.

O projecto agora apresentado ao Parlamento por Sócrates pretende reforçar a presença dos agentes da GNR e da PSP em funções de carácter policial, aumentando assim a sua visibilidade a par de uma maior eficácia, assegurando, por outro lado, um mais adequado policiamento de integração e proximidade.

Outras das medidas avançadas respeita a uma reorganização das forças de segurança no território nacional, de forma a alcançar melhores níveis de articulação entre a GNR e a PSP, empreendendo, por outro lado, “uma mais ajustada manutenção das missões de ordem pública atribuídas a estas duas corporações com o papel que cabe às polícias municipais”.

A propósito do desempenho atribuído às polícias municipais e do papel que estas devem ter em toda esta problemática de segurança interna, o Governo defende que as autarquias passem a estar mais

envolvidas no esforço de segurança, através da celebração de contratos locais de segurança, envolvendo o Gabinete Coordenador de Segurança e os organismos locais de segurança, prevenção da criminalidade e protecção civil.

## Portugal é um país seguro

A segurança e a liberdade, disse o primeiro-ministro, são condições recíprocas do Estado de Direito, constituindo a segurança a primeira das liberdades.

Contudo, mesmo sabendo que Portugal é um território seguro, “como o atestam todos os indicadores internacionais”, o país debate-se presentemente ao nível do seu sistema de segurança interna com graves lacunas fruto de normas e princípios que foram implementados e entraram em vigor nos anos oitenta, e que resultavam de uma conjuntura internacional e nacional muito datadas mas que hoje se encontram totalmente ultrapassadas.

Consciente de necessidade de superar estes problemas, o Governo ao apresentar no Parlamento a sua reforma de segurança interna e das forças de segurança, pretende desencadear um processo de modernização e de melhor gestão dos recursos humanos nas forças policiais, reforma que o primeiro-ministro garantiu será apresentada para apreciação da Assembleia da República no próximo mês de Junho.

Levantando o véu, José Sócrates adiantou que a proposta da nova Lei da Segurança Interna “que espe-

ro seja motivo de consenso alargado entre as diferentes forças políticas”, assentará, como garantiu, desde logo, num “conceito estratégico de segurança adequado ao nosso tempo”.

Um conceito, sublinhou, que seja mais amplo e capaz de integrar, por um lado, a acção de prevenção e a resposta necessária e, por outro lado, “enfrente quer os riscos resultantes da criminalidade e da nova ameaça do terrorismo internacional quer ainda os riscos naturais, tecnológicos ou de outra natureza que também impendem sobre a sociedade portuguesa”.

## As alterações não têm que ser radicais

Para o primeiro-ministro, se existe de facto uma evidente necessidade de se proceder a alterações, quer no sistema das forças policiais, quer no da segurança, elas, como defendeu, não devem passar por um processo radical, até porque há, como disse, “vantagens reconhecidas na manutenção de uma força de segurança de natureza militar, uma força de segurança de natureza civil, uma polícia judiciária centrada na criminalidade mais complexa” e, dada a relevância crescente do fenómeno migratório, “um serviço especializado de imigração e fronteiras”.

Para o chefe do Governo, estas quatro forças e serviços de segurança “continuarão a ser os pilares em que deve continuar a assentar o nosso sistema de segurança interna”,

restando na perspectiva de Sócrates a questão crítica no que respeita à coordenação e ao tipo de resposta integrada que se deve ter perante as ameaças.

A pedra angular da reforma que o Governo defende passa pela criação de um Sistema Integrado de Segurança Interna, liderado por um secretário-geral que coordenará a acção das forças e serviços de segurança e que poderá assumir, nalgumas situações, a direcção, o comando e o controlo dessas forças tendo também responsabilidades executivas na organização de serviços comuns como é o caso do SIRESP e da Central de Emergências 112.

Ainda no que respeita à proposta de reforma do sistema de segurança, assumem particular importância, igualmente, as alterações defendidas para a GNR e para a PSP, aspecto que José Sócrates classifica como a trave-mestra da reforma que o Governo propõe.

Três objectivos orientam entretanto a proposta do Governo, que vão da adequada articulação das áreas de responsabilidade da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, passando pela racionalização das forças de segurança e terminando no aumento, que o Executivo considera necessário, no investimento nas instalações e equipamentos das forças de segurança.

Três objectivo que estão interligados, porque, como defendeu o primeiro-ministro, só combatendo as ambiguidades e sobreposições

na definição de responsabilidades e racionalizando a estrutura e a gestão “é que poderemos libertar os meios necessários ao investimento”.

## Mendes foge do tema do debate

Por sua vez, o presidente do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), Alberto Martins, elogiou as linhas-mestras em que assenta a reforma da segurança interna e das forças de segurança, que o próprio líder da oposição considerou “essencial”, e, por isso, estranhou que Marques Mendes apenas lhe tivesse dedicado dois minutos da sua intervenção.

Segundo Alberto Martins, esta “é uma fórmula habitual” usada pelo líder do PSD. Ou seja, explicou, “quando se fala de saúde, ele fala de segurança, e quando se fala de segurança, ele fala de economia”.

Com esta postura, concluiu, Marques Mendes mostra que “não quer encarrar o debate em toda a sua dimensão”.

Alberto Martins destacou ainda a importância da reforma da segurança interna e das forças de segurança, que considerou “uma reforma nuclear do Estado de Direito”, salientando que a segurança, segundo um conceito moderno, “vai desde o acesso à energia até aos produtos alimentares”.

Na sua intervenção, o líder da bancada socialista disse ainda que “a articulação e coordenação entre as diversas forças de segurança é essencial no Estado de Direito e ao exercício democrático”.

## OPINIÃO



**RICARDO GONÇALVES**  
Deputado do PS

*Não se pode é aceitar as pressões do “não”, que, jogando mais uma vez com as palavras, tenta novamente confundir as pessoas e reverter a decisão do eleitorado*

## A NOVA LUTA DA REGULAMENTAÇÃO DA IVG

UMA das conclusões mais positivas que devem ser retiradas dos resultados do referendo sobre a IVG tem a ver, indubitavelmente, com o novo fôlego que ganhou este instrumento da democracia participativa colocado nas mãos do povo português. Repare-se que mais de um milhão de portugueses acorreram às urnas no passado dia 11 se compararmos com o que aconteceu em idêntico referendo realizado em 1998. Mesmo que os mais pessimistas ainda logrem vislumbrar um estado de espírito negativo no facto de não terem ocorrido a votar pelo menos 50 por cento dos eleitores inscritos nos cadernos eleitorais, a verdade é que esta subida de afluência no referendo, esta tomada de consciência cívica que os eleitores demonstraram, tem, forçosamente, de ser saudada – e, mais do que isso, enaltecida de forma muito evidente, tendo em conta, inclusivamente, que num horizonte temporal que não é tão longínquo quanto à primeira vista se possa fazer crer há mais dois referendos em perspectiva. Falamos, especificamente, da questão de referendar a novel Constituição europeia, por um lado, e a retoma de um projecto que já deu muito que falar, que afrouxou durante algum tempo mas que sem dúvida voltará à baila, isto é, a regionalização.

No referendo sobre a despenalização da IVG, verificou-se, quanto a nós, a melhor e mais atractiva campanha de sempre até hoje, no que se refere a este tipo de consultas. Recorde-se que nos dois referendos anteriores – o primeiro, ainda sobre a IVG, o segundo sobre a regionalização – foram muito pressionados – há quem refira mesmo que foram demasiadamente pressionados – e nos dois casos a maior dessas pressões veio de Marcelo Rebelo de Sousa, então com outras funções bem mais partidárias do que simples comentador televisivo. Afinal, o mesmo Marcelo Rebelo de Sousa que pode ser considerado, agora, um dos grandes vencidos do referendo.

Nesta campanha, houve, sem dúvida alguma, uma preocupação em se chegar a um maior esclarecimento, salvo raríssimas excepções o radicalismo e o fanatismo andou arredo, tanto do lado do “não” como do lado do “sim”, se bem que os defensores do “não” se tenham “colado”, a partir de determinada altura, a teses mais radicalistas, mais ortodoxas, defendidas essencialmente pela Igreja Católica e por meios a ela mais ligados, directa ou indirectamente. Mas viu-se, já sensivelmente a meio da campanha, que a sociedade portuguesa se inclinava já para o “sim”.

A partir deste momento – a partir dos resultados da recente consulta popular, mesmo considerando que o referendo não foi vinculativo –, há que cumprir com tudo aquilo que foi anunciado e perspectivado pelos defensores do “sim”. Com a manutenção de uma das maiores bandeiras desfraldadas durante a campanha, ou seja, que a despenalização da IVG não significa a liberalização do aborto ou qualquer tipo de libertinagem nesta matéria tão sensível e tão séria. A melhor resposta que pode ser dada a quem desde sempre defendeu o “não” será a criação das condições objectivas, sérias, eficazes e legais para que se caminhe, cada vez mais, primeiro para a eliminação progressiva do aborto clandestino, depois para a diminuição gradual do número de abortos em Portugal. A mulher tem de ser apoiada com os instrumentos logísticos e os meios humanos especializados numa situação que se acredita seja sempre de grande trauma. Não se crê que seja em vão ou de ânimo leve que uma mulher decida fazer uma IVG. Com a regulamentação a implementar, a mulher que assim decida deve ter um período de reflexão, que a leve a conversar e a aconselhar-se com quem entender, sem contudo se lhe impor um aconselhamento obrigatório. Deve, sim, ser disponibilizado um acompanhamento na área da assistência social e até de psicologia, para a mulher a ele recorrer nesta situação difícil, mas de livre vontade da sua parte. O médico também aconselha, não só na sua área específica, mas com todos os seus conhecimentos e experiência. A existir alguma obrigação, deve ser apenas um período de reflexão de três a cinco dias para a mulher poder aprofundar a sua situação ou para falar, se assim o entender, com o parceiro, a família, os amigos, mas cabendo sempre à mulher a última palavra.

Não se pode é aceitar as pressões do “não”, que, jogando mais uma vez com as palavras, tenta novamente confundir as pessoas e reverter a decisão do eleitorado no dia 11. Ao tornar as comissões de aconselhamento obrigatórias e muito complexas, jogando com a aversão que os cidadãos têm em Portugal à burocracia e à fuga de informações e às comissões que não funcionam, procuram, assim, empurrar a mulher para continuar no aborto clandestino, para depois dizerem que esta lei falhou, como falhou a que existe há 20 anos, desacreditando todo o sistema e continuando a sua luta, que, por ter uma dimensão essencialmente religiosa, nunca mais terá fim.

Caetano Silva, como votante do “não”, ajuda a esta estratégia, aparentando aquilo que sempre foi o seu grande trunfo, dizendo uma coisa mas querendo outra, sempre com um distanciamento aparente e, em nome do Estado, lá vai tentando levar a água ao seu moinho.

## Polis entra na segunda fase



**O programa Polis, lançado pelo anterior Governo socialista, em 2000, quando o actual primeiro-ministro desempenhava as funções de titular da pasta do Ambiente, e criado com o objectivo de melhorar a qualidade urbana de um conjunto vasto de cidades, vai muito em breve conhecer uma segunda geração de políticas de requalificação.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

NAS PALAVRAS do ministro do Ambiente, Nunes Correia, esta segunda fase do programa Polis será sustentada nos ensinamentos entretanto recolhidos durante a primeira etapa da aplicação deste programa no terreno.

A este propósito, José Sócrates fez questão de referir que o programa Polis tem vindo a constituir um dos motores da economia nacional, reafirmando que o ritmo e o exemplo encontrado com este programa para a requalificação e salvaguarda das cidades terá de ser estendido a outros sectores, porque, como disse, “este ritmo de trabalho veio para ficar”.

O Polis XXI, como é denominado o novo programa, será apresentado muito em breve, garantiu Nunes Correia, que falava na inauguração da exposição “Viver as Cidades” iniciativa que está patente no Pavilhão de Portugal, em Lisboa, até 18 de Abril.

O primeiro-ministro, igualmente presente no evento, aproveitou a ocasião para criticar os que publicamente têm vindo a desvalorizar o programa

Polis, reafirmando que, ao contrário do que afirmam, este programa não se tem limitado ao simples “alindar das cidades”, acusando-os, por isso, de “não saberem o que dizem”.

E isto porque, defendeu, ao se estarem a desenvolver políticas que preconizam cidades mais bonitas, com melhores padrões ambientais, melhor qualidade de vida para os seus cidadãos, onde a componente do tratamento urbano das frentes ribeirinhas, por exemplo, tem sido alvo de uma especial atenção e onde os centros históricos têm igualmente merecido particular cuidado tendo em vista a sua salvaguarda, tornando essas cidades mais dinâmicas e atractivas preparando-as para os desafios do novo século, jamais uma iniciativa deste género, disse, poderá ser classificada como uma simples medida de cosmética.

### As razões do Polis

O sucesso de um país está intimamente ligado, entre outros factores, ao êxito económico das suas cidades, referiu José Sócrates, apontando este ponto de vista como uma das razões fundamentais para o lançamento do programa Polis há cerca de sete anos.

É principalmente nas cidades ou nas suas imediações que as empresas têm tendência a se fixarem e a partir daqui travarem as principais batalhas tendo em vista o desejado sucesso económico.

É por isso que é tão importante olhar a requalificação das cidades como uma tarefa fundamental na modernização do país. Não só porque abre novas oportunidades aos cidadãos que lá

vivem, oferecendo-lhes uma qualidade de vida superior, mas também porque permite abrir novas hipóteses de competitividade, quer às cidades, quer ao país no seu todo.

O Polis, ao ter iniciado o seu percurso em 2000 e ao conhecer agora uma nova geração de políticas em 2007, mais não pretende, como disse o primeiro-ministro, do que responder a um novo modelo de gestão das cidades, aceitando que o sucesso económico de um país está intimamente ligado ao progresso e desenvolvimento das suas cidades.

Mas se grande parte dos principais desafios sociais e ambientais com que o país de depara se concentram sobretudo nas cidades, “razão porque é preciso responder a esta constatação”, como disse José Sócrates, também a requalificação dos espaços urbanos, a coordenação de políticas de transporte, de habitação ou de educação, deve merecer igualmente atenção.

Por tudo isto, sublinhou o chefe do Governo, o país tinha que encontrar os mecanismos legais capazes de proporcionar a aplicação de políticas sustentadas para as cidades, que, para além de apontarem para o seu desenvolvimento, indicassem também o caminho para um modelo de maior apoio aos cidadãos na perspectiva de níveis mais elevados na sua qualidade de vida.

O programa Polis, sustentou José Sócrates, pretende responder a estas exigências, e, apesar de ter atravessado momentos de alguma estagnação, como reconheceu o primeiro-ministro, “está agora relançado por todo o país”.



**O sucesso de um país está intimamente ligado, entre outros factores, ao êxito económico das suas cidades, referiu José Sócrates**

# Finanças públicas estão no bom caminho

O DÉFICE público português ficou, o ano passado, abaixo da meta prevista dos 4,6 por cento fixados pelo Governo, garantiu o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, durante a conferência de imprensa de apresentação da execução orçamental de 2006.

Fase aos bons resultados alcançados pelo excelente desempenho conseguido pela Administração Pública, (Fundos e Serviços Autónomos, Segurança Social e Administração Regional e Local), as contas do Estado, afirmou Teixeira dos Santos, vão apresentar níveis de endividamento inferiores à taxa divulgada pelo próprio Governo.

Recorde-se que a taxa de 4,6 por cento era o limite que o Executivo liderado por José Sócrates se tinha comprometido junto da Comissão Europeia.

Com este anúncio, o Governo está não só a cumprir a promessa de fazer baixar o défice orçamental, como as medidas de contenção e redução de despesa adoptadas, permitiram manter essa despesa dentro dos limites definidos e, perante os dados agora revelados, fazê-la baixar em relação ao limite anunciado.

Para estes bons resultados, o ministro das Finanças destacou o combate à fraude e evasão na área fiscal e da Segurança Social, estratégia que, garantiu, será mantida em 2007, já que se trata, como recordou, “de uma prioridade política deste Governo”.

Para Teixeira dos Santos, esta atitude apresenta-se como uma necessidade evidente, pois permite ao Estado arrecadar maiores receitas de impostos e corrigir o défice.

Mas se a cobrança de dívidas fiscais constitui ainda uma premissa fundamental, que o Governo promete continuar a exercer durante o corrente

ano, para o ministro das Finanças, há que perspectivar e apostar noutras soluções no sentido de uma sustentada diminuição, a breve prazo, do défice que não se deve satisfazer apenas, como disse, “pelo aumento da receita”.

## Desemprego combate-se com crescimento da economia

Para Vieira da Silva, também presente na conferência de imprensa, o crescimento da taxa de desemprego representa um momento “e não uma tendência”, uma vez que, lembrou, regista-se “um indiscutível crescimento da economia”.

A taxa de desemprego estimada para o quarto trimestre de 2006, lembrou ainda o titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade Social, subiu 0,2 pontos percentuais face ao período homólogo, para 8,2 por cento, segundo dados do INE, enquanto que, por outro lado, o número de empregados aumentou 0,2 por cento, face ao mesmo trimestre de 2005, e desceu 0,9 por cento, relativamente ao trimestre anterior.

Estes dados, ainda na perspectiva do ministro do Trabalho, realçam que o valor global do ano se aproximou do estimado pelo Governo no Orçamento de Estado, tendo-se registado um acréscimo do emprego face aos dados do desemprego.

Segundo Vieira da Silva o verdadeiro combate ao desemprego será evidente quando começam a haver sinais claros e evidentes de crescimento económico, cenário que em sua opinião já se começa a notar, apesar de os efeitos no desemprego “não se traduzirem no imediato”.

Também o saldo positivo registado na Segurança Social mereceu da parte

do ministro Vieira da Silva rasgados elogios, recordando que o orçamento deste sector duplicou no ano passado, face a 2005, para 715,22 milhões de euros.

Este valor, disse, calculado com as regras da contabilidade pública, traduz um sinal contrário face ao saldo negativo de 63,22 milhões de euros inicialmente previstos no Orçamento de Estado para 2006.

A evolução positiva registada deve-se, como sublinhou, ao crescimento de 7,8 por cento das receitas da Segurança Social, para 19.417.04 milhões de euros, “ultrapassando em 234 milhões de euros o que estava previsto no OE”.

## Segurança Social com maior sustentabilidade

A propósito da indesmentível revitalização que o actual Governo está a dar ao sector da Segurança Social, Vieira da Silva lembrou que este ano de 2007, o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) vai ter um reforço de cerca de 778 milhões de euros, ficando assim com perto de 7,41 mil milhões de euros.

Perante estes números, o ministro não teve dúvidas em afirmar que pela primeira vez, “em vários anos”, o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social vai crescer com algum significado.

Recorde-se que o reforço do FEFSS é efectuado através da transferência de saldos derivados do sistema, de uma dotação retirada das contribuições, tal como previsto no OE, e do resultado da rentabilidade do próprio Fundo.

Fundo que visa garantir o pagamento das pensões por um período de dois anos, em caso de ruptura do sistema da Segurança Social. **R.S.A.**

## OPINIÃO



**MIGUEL FREITAS**  
Presidente do PS/Algarve

*Na OMC há uma enorme diferença entre o que defendem a Europa, EUA e Grupo dos 20 em termos de acesso ao mercado, ajudas internas e regras “justas” de comércio, nomeadamente na protecção das “indicações geográficas”*

# PARA ONDE CORRE A AGRICULTURA EUROPEIA

AGORA que se prevê a reabertura das negociações da Ronda de Doha no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e que a Comissão Europeia dá sinais sobre os seus objectivos para 2013 em matéria de Política Agrícola Comum, é legítimo perguntar para onde corre a agricultura europeia.

O insucesso das negociações de Doha, com interrupção em Junho de 2006, deveu-se, principalmente, à falta de acordo no dossiê agrícola. Tal veio mostrar que a agricultura deve ser um sector estratégico, quer nas políticas comunitárias, quer a nível nacional, porque este é um domínio em que é sempre muito sensível o equilíbrio de forças.

Na OMC há uma enorme diferença entre o que defendem a Europa, EUA e Grupo dos 20 em termos de acesso ao mercado, ajudas internas e regras “justas” de comércio, nomeadamente na protecção das “indicações geográficas”. Mas existe hoje uma vontade política de todas as partes, muito particularmente dos EUA, que não havia o ano passado. Essa vontade política poderá levar a um compromisso. Esse compromisso deverá resultar numa maior liberalização do comércio mundial de produtos agrícolas e em alterações nas ajudas à agricultura e à indústria agro-alimentar.

Mas também nas negociações euro-mediterrâneas, no âmbito do processo de Barcelona, e com os países ACP, a agricultura é a chave para se avançar. Também aqui, 2007 será um ano decisivo e a presidência portuguesa da União Europeia terá uma palavra a dizer. Quero dizer que, ou por via dos acordos multilaterais no comércio mundial, ou através de acordos bilaterais, a liberalização dos mercados prossegue.

A Europa está, pois, perante enormes desafios. O desafio da concorrência com a maior abertura dos mercados agrícolas, com mais exigências nos domínios da saúde pública e menos protecção aos preços; o desafio do desenvolvimento rural, com a necessidade de diversificar actividades para criar novos empregos; o desafio energético com o crescente uso das energias alternativas e dos biocombustíveis; e o desafio ambiental, com uma maior pressão sobre os recursos solos e água, a preservação da biodiversidade e o aumento dos riscos e de crises provocadas pelas alterações climáticas.

No último relatório sobre a situação dos mercados agrícolas até 2013 prevê-se uma estabilização da superfície de cereais (com redução da área alimentar e forrageira, eliminação de praticamente todos os “stocks” e aumento dos novos aproveitamentos), uma redução de produção da carne e do leite e crescimento de produtos lácteos com mais valor acrescentado. Mesmo sem contar com os impactos de um acordo na OMC, baseado essencialmente em “mais acesso ao mercado”, as importações da Europa em produtos alimentares vão aumentar, particularmente na carne e em alguns cereais.

Em contrapartida, as questões energéticas abrem boas perspectivas, quer por novas áreas de cultivo (em 2009, as culturas energéticas ocuparão 2 milhões de hectares), quer pela necessidade de redução e eficiência do consumo (aumento do custo de transporte e de logística) que estimulará economias de proximidade, circuitos mais curtos e mercados locais.

Este é, pois, o principal dilema que gerará grande controvérsia no futuro da Política Agrícola Comum. Saber como se equilibra uma Europa que apostou, durante três décadas, numa política de abastecimento alimentar e ganhou esse combate à custa de um paradigma tecnológico pouco eficiente do ponto de vista energético e com efeitos negativos do ponto de vista ambiental e esta “nova Europa” que parece agora inclinada para uma agricultura “amiga do ambiente” e fornecedora de energia, mas que não tem uma política evidente de segurança no aprovisionamento alimentar.

# Reforma da fiscalidade automóvel baixa preço dos veículos

**Com a entrada em vigor das novas regras de fiscalidade automóvel em Julho deste ano, o preço dos veículos cairá cerca de 10 por cento.**

O PESO do IVA sobre o consumo automóvel vai diminuir, embora o seu pagamento continue a recair sobre o Imposto Sobre Veículos (ISV) – substituto do Imposto Automóvel (IA). Esta a garantia dada pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João Amaral, no final do Conselho de Ministros onde de deram passos em frente na reforma do sector.

O Governo afirma que o imposto a pagar no momento da compra do carro vai descer 10 por cento em média.

A aplicação do ISV é de mecânica simples: coexistem duas tabelas, sendo uma aplicada aos carros comprados a partir de 1 de Julho e a outra destinada à importação de carros usados.

Relativamente à tabela de impos-

to aplicável aos carros novos, esta compreende duas componentes: a primeira indica que o imposto seja calculado com base na cilindrada do veículo, e uma segunda, a ambiental, aplica-se sobre as emissões de dióxido de carbono, com um peso de 30 por cento na carga fiscal, durante o primeiro ano de vigência.

Todavia, clarifique-se que as receitas orçamentais estão asseguradas, uma vez que, sobre os veículos vendidos a partir de 1 de Julho incidirá, em 2008, o Imposto Único de Circulação (IUC), que substitui o conhecido “selo do carro”, constituindo receita camarária ao longo da vida útil do automóvel.

De acordo com a proposta aprovada pelo Executivo – que terá ainda de passar pela Assembleia da República –, na nova fiscalidade automóvel não existirá distinção entre veículos a gasóleo ou a gasolina.

Confrontado com as críticas de

Bruxelas ao sistema tributário automóvel praticado em Portugal, João Amaral considerou “discutível” a interpretação de que no nosso país se pratique a cobrança de um imposto sobre outro imposto, com o IVA a recair sobre outros impostos especiais sobre o consumo.

“Com as mudanças agora introduzidas, Portugal aproxima-se da prática que a Comissão Europeia pretende ao nível da tributação automóvel”, reafirmou, lembrando de seguida que, “a partir do momento em que o sucedâneo do Imposto Automóvel (IA) conhece uma redução tributária ao nível do registo, sendo diluído no imposto sobre circulação, a argumentação da Comissão Europeia fica enfraquecida”.

“O IVA passará a incidir sobre uma base mais reduzida do que actualmente, porque o novo imposto de circulação não é passível de cobrança de IVA”, explicou.

## OPINIÃO


**ARMANDO FRANÇA**  
Deputado do PS

*A história da construção europeia é uma bem sucedida história política, mas não foi instantânea. Tem "só" 50 anos*

## OS 50 ANOS DO TRATADO DE ROMA E A POLÍTICA DO "PASSO A PASSO"

NO PRÓXIMO mês de Março, a União Europeia celebra o 50º aniversário do Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE). A propósito de tão singular e relevante efeméride, a presidência alemã da União está a preparar uma comemoração não só para assinalar condignamente o facto, mas também para mobilizar os dirigentes da União e dos Estados-membros em torno dos valores e dos objectivos inscritos no projecto europeu.

A celebração desta data, a qual, de resto, foi expressa e intencionalmente inscrita no programa da presidência alemã elaborado em estreita colaboração com Portugal e Eslovénia e sancionado pelo Conselho, tem objectivos políticos bem definidos e que se destinam, em última instância, a reforçar os valores e os princípios matriciais europeus, a reafirmar o projecto europeu, a animar e a estimular os dirigentes envolvidos no processo de construção europeia e a chamar a atenção da opinião pública e dos cidadãos europeus para a necessidade de termos uma Europa solidária, democrata, social, plural, aberta, na vanguarda da liberdade, do humanismo, da justiça, dos direitos humanos e do Estado de Direito, mas politicamente unida, forte e capaz de enfrentar os novos e cíclicos desafios políticos, económicos, sociais e culturais que resultam da grande dinâmica do tempo presente, da competição entre blocos e da irrecusável globalização.

A celebração do 50º aniversário do Tratado de Roma constituirá, pois, um momento de grande simbolismo e de mobilização de todos para o projecto europeu.

Todavia, não se espere resultados imediatos desta acção. Isto é, não se pense que a partir daqui serão logo superadas, por exemplo, as dificuldades que têm rodeado a aprovação do Tratado Constitucional em alguns Estados-membros ou que o alargamento à Turquia será resolvido em pouco tempo ou que assistiremos a um rápido alargamento da zona euro ou que teremos em breve uma política energética para a Europa ou que encontraremos um bom e justo modelo de financiamento da União ou que conseguiremos resolver todos os grandes obstáculos à construção europeia. Não. A construção europeia não foi, não é e não será um projecto instantâneo e de execução rápida.

A história da construção europeia é uma bem sucedida história política, mas não foi instantânea. Tem "só" 50 anos. É um percurso longo e lento, em que a pouco e pouco e com cada vez mais Estados-membros, apesar de estruturados na lógica da soberania seiscentista da Paz de Vestefália, avança para um projecto de integração e de união politicamente novo, pacífico (sem uso das armas) e decididamente ousado. Por isso, o projecto é lento.

É lento e eu diria: ainda bem. A propósito, o padre Manuel Antunes, que foi um destacado filósofo, pedagogo e que também era um convicto europeísta, escrevia há cerca de 30 anos: "A lentidão será o preço a pagar pela solidez da construção (europeia)" sic. O padre Manuel Antunes, que nesta como em outras matérias (por exemplo, sobre a queda da União Soviética e o crescimento da China), fez acertadas e confirmadas previsões, tinha razão.

A presidência alemã já está a executar o programa para os próximos 18 meses, o qual será continuado na presidência portuguesa e finalizado na presidência eslovena. Os grandes objectivos são comuns às três presidências e são partilhados pelos restantes Estados-membros. Esta é a lógica de actuação política da União: cooperação, colaboração e partilha das responsabilidades e dos objectivos. Esta é uma nova lógica que, afinal, segue o desenho do arquitecto e fundador Jean Monnet e relativamente à qual temos de nos manter fiéis.

A presidência portuguesa, a partir de 1 de Julho próximo, constituirá, assim, uma continuação da execução do programa definido para as três presidências e mais uma etapa do grande projecto europeu. O socialista José Sócrates presidirá, então e durante seis meses, aos destinos políticos da União e com a competência, a qualidade e a capacidade que se lhe reconhece dará, naturalmente, bons impulsos ao processo de construção europeia. Claro que não podemos nem devemos alimentar ilusões nem resultados milagrosos.

De resto, José Sócrates sabe bem e tem dito repetidamente que "a pior política é não fazer nada", pelo que, na presidência portuguesa, com a sua liderança, a sua persistente e determinada acção e com naturalidade e sem vanglória, a Europa dará mais um passo (na lógica da política do passo a passo) em direcção ao reforço económico, social e político da União Europeia.

## Vitória do "sim" aproxima Portugal dos países da UE

**A expressiva vitória do "sim" no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG), corresponde, na opinião da eurodeputada socialista, Edite Estrela, "às recomendações aprovadas pelo Parlamento Europeu (PE) para que o aborto seja legal e seguro em todos os Estados-membros".**

INTERVINDO na sessão plenária de Estrasburgo, Edite Estrela, presidente da delegação socialista portuguesa no PE, sublinhou a importância do referendo, defendendo que com este resultado "foi dado cumprimento às principais recomendações sobre a matéria do Parlamento Europeu".

A eurodeputada portuguesa referia-se à resolução adoptada pelo PE em 2002, sobre a saúde sexual e reprodutiva da mulher, segundo a qual a interrupção voluntária da gravidez deverá passar a ser um acto acessível em toda a União Europeia, de modo universal e seguro, ficando os Estados-membros com a responsabilidade de se abster de punir criminalmente as mulheres que recorram ao aborto.

Para além de assinalar esta sintonia, Edite Estrela sublinhou ainda



o facto de o resultado do referendo em Portugal se ter realizado numa altura em que se assinala o "Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos" e o país assume, a partir do segundo semestre de 2007, a presidência da União Europeia.

A deputada socialista teve ainda ocasião para recordar as palavras do primeiro-ministro, José Só-

crates, declarando que "com esta decisão tomada pelos portugueses, Portugal dá mais um passo firme na construção de uma sociedade mais aberta, mais tolerante e mais justa", cenário que na sua opinião proporcionará uma maior aproximação da sua legislação sobre o aborto "ao que de melhor existe nos países mais desenvolvidos da União Europeia". **R.S.A.**

## Tróica quer melhorar Finanças Públicas dos 27

MELHORAR a política económica, aperfeiçoar o mercado único europeu e aumentar a qualidade das Finanças Públicas dos 27 Estados-membros, foi a garantia deixada pela tróica que dirige os destinos da União Europeia durante corrente ano e o primeiro semestre de 2008, Alemanha, Portugal e Eslovénia.

Estes objectivos foram anunciados e corroborados pelos respectivos ministros das Finanças das três presidências na área da Economia e Finanças, ECOFIN (Conselho de Ministros da União Europeia da Economia e Finanças), para o próximo ano e meio, durante um encontro em Berlim.

Se para o responsável alemão no topo das preocupações das três presidências, está o reforço da dinâmica económica europeia, já para o ministro português, Teixeira dos Santos, que igualmente subscreve esta preocupação, trata-se também, como disse, de aprofundar e realçar a importância do dossier sobre a Estratégia de Lisboa, aprovada na anterior presidência portuguesa da União

Europeia, em 2000, plano que pretende, como recordou, transformar o espaço europeu no mais competitivo do mundo num período de dez anos.

Para o responsável pela pasta das Finanças português, esta estratégia que visa o fomento da competitividade da economia e a criação de emprego "tem inspirado a agenda europeia nos últimos anos" e na perspectiva de Teixeira dos Santos tudo leva a crer que "continuará a inspirar", sobretudo, como referiu, no que se refere às reformas estruturais nas economias mais competitivas e dinâmicas.

Portugal, na sua perspectiva, tem de continuar a apostar inexoravelmente na chamada Agenda de Lisboa, recordando o ministro, por outro lado, o importante contributo português para o programa conjunto das três presidências da UE no domínio das Finanças Públicas.

Saúde das Finanças Públicas que para Teixeira dos Santos devem ser constantemente analisadas, uma vez que se trata, como lembrou, de verificar "as formas como são

gastos os dinheiros públicos e consequentemente os impostos dos contribuintes".

Para além destes pressupostos, o ministro português considera ainda que outra das prioridades prende-se com a urgente melhoria do quadro legal da actividade económica nos Estados-membros.

A propósito da necessidade de reanimar o diálogo político no seio do ECOFIN, desígnio defendido pelos ministros das Finanças alemão e esloveno, Teixeira dos Santos admitiu que talvez a área da economia e finanças da União Europeia, "esteja a precisar de uma espécie de programa Simplex, como o que está a ser aplicado pelo Executivo liderado por José Sócrates para simplificar processos na Administração Pública".

Contudo, como também deixou claro, o ECOFIN continua a ser um dos Conselhos de Ministros da União Europeia "que melhor tem respondido ao longo da história desta organização", adiantando como exemplo o bom trabalho desenvolvido para o lançamento da moeda única. **R.S.A.**



# Autarcas socialistas reiteram apoio à Lei das Finanças Locais

OS AUTARCAS socialistas estão aptos a enfrentar os novos desafios que se colocam ao poder local e estão ao lado do Governo nas reformas que tem levado a cabo, nomeadamente a nova Lei das Finanças Locais. Esta foi a nota dominante das intervenções efectuadas na Convenção Autárquica de Viseu, em Tarouca, que contou com a presença de António Costa, ministro de Estado e da Administração Interna, Eduardo Cabrita, secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, e Miranda Calha, deputado e secretário nacional do PS para as Autarquias.

Na sua intervenção, o ministro António Costa desenvolveu o tema da modernização do Estado, da qualificação e simplificação da vida das instituições e dos cidadãos, do combate à burocracia e ao desperdício e da determinação inabalável do Governo de concluir os processos de desconcentração e descentralização.

Depois de passar em revista algumas das medidas mais emblemáticas do Governo, António Costa disse que a oposição se encontra “confusa pelos melhores motivos”, ou seja pela “concretização das reformas e a eficácia do Governo”.

Já o secretário nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, falou da importância do poder local para o desenvolvimento social e económico do país e da importância que o nosso partido sempre lhe atribuiu, sublinhando os desafios políticos e partidários que se colocam a todos e que terão o seu epílogo em 2009,



com a realização das eleições autárquicas.

Miranda Calha deixou ainda uma mensagem de optimismo e confiança, lembrando que se o PS no distrito de Viseu ganhou as eleições legislativas de 2005, e em épocas diferentes já teve a presidência de 11 câmaras, tem todas as condições para se afirmar

nas autárquicas de 2009.

O secretário de Estado Eduardo Cabrita centrou a sua intervenção no esclarecimento das principais linhas-mestras em que assenta a nova Lei das Finanças Locais, nomeadamente maior rigor financeiro, maior justiça na distribuição dos recursos e uma maior autonomia para as autarquias.

Por sua vez, o presidente da Federação de Viseu e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, José Junqueiro, salientou que os autarcas socialistas nunca hesitaram no apoio dado ao Governo e sempre lutaram a seu lado pela aprovação da nova Lei das Finanças Locais.

Nesta Convenção, que reuniu cerca de 200 autarcas, estiveram em discussão os painéis “Atribuições e competências das juntas de freguesia” e “Novos desafios para o poder local”.

# Vereadores socialistas lamentam ausência de política de acção social

## CÂMARA DE VISEU

A TOTAL ausência de uma política de acção social municipal foi denunciada pelos vereadores socialistas na Câmara de Viseu, que acusaram a maioria do PSD de deixar a resolução dos problemas para as instituições da sociedade civil.

Aludindo a declarações da secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, o vereador Miguel Ginestal lamentou que Viseu seja o único município português que ainda não tenha integrado a rede social, um projecto lançado há dez anos e que considera “essencial à identificação dos problemas, elaboração do diagnóstico e definição do trajecto e metodologia” para os resolver.

“Não vale a pena fechar os olhos”, frisou durante uma conferência de Imprensa, lamentando que a acção social em Viseu seja “totalmente assumida pela sociedade civil”, nomeadamente Instituições Particulares de Solidariedade Social, Segurança Social, Caritas, Santa Casa da

Misericórdia e centros sociais de natureza religiosa ou civil.

“A sociedade civil tem substituído o que deveria ser uma acção pró-activa do município, que infelizmente se limita a prosseguir uma política gasta de aposta nas infra-estruturas do betão e do alcatrão”, disse.

Segundo os socialistas, o argumento dado pelo presidente da autarquia, Fernando Ruas, de que mandou atrasar propositadamente o pré-diagnóstico social porque a rede nacional está a ser reformulada e estão em curso negociações com o Governo para transferência de competências para as autarquias nesta área é uma “desculpa de mau pagador”.

“Essa é uma desculpa esfarrapada, porque a rede social não existe há dez meses, mas há dez anos, e há dez anos que o município de Viseu se recusa a integrá-la”, sublinhou Miguel Ginestal.

Os vereadores socialistas consideram que o facto de a acção social ocupar apenas o 17º lugar das prioridades das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007

revela a falta de importância que esta política tem para o concelho que é simultaneamente capital de distrito.

Segundo Miguel Ginestal, caso a autarquia tivesse “feito o trabalho de casa” e constituído a rede social, poderia ter mesmo poupado o que vai gastar no estudo de pré-diagnóstico, “que poderá ascender a um custo global de 75 mil euros”.

Neste âmbito, os três vereadores socialistas vão agendar para a próxima reunião de Câmara uma discussão sobre o assunto, onde vão propor que seja divulgado publicamente o estudo de pré-diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Social “que o presidente da Câmara, por diversas vezes, disse que está feito”.

A constituição do Conselho Local de Acção Social de Viseu, o reforço do apoio à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, a criação de uma equipa que prepare a carta social do município e também de um gabinete de apoio social a todos os cidadãos carenciados são medidas que os socialistas vão defender.

## OPINIÃO

# O QREN E AS PESCAS



LÚCIO FERREIRA  
Deputado do PS

O QREN elenca três prioridades temáticas, e um espírito de maior selectividade e rigor na aplicação dos fundos comunitários, com escolhas mais elaboradas, privilegiando os projectos de relevo e impacto na economia e na sociedade, “valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, centralizando-se também na competitividade, por forma a estimular a qualificação do tecido produtivo, a valorização do território, para o reforço da coesão económica e social – sendo um poderoso instrumento para a modernização da economia e da sociedade”, José Sócrates, na apresentação pública do QREN.

O espaço temporal 2007/2013 e a aplicação proveitosa que formos capazes de fazer desse pacote financeiro, em termos da sua rentabilização para o desenvolvimento, marcará o nosso futuro a médio prazo.

A vocação marítima dos portugueses, cantada pelos poetas e historiadores, tem nas pescas um sector importante da nossa economia, que reflecte também a influência ribeirinha nos nossos hábitos gastronómicos.

Relembrar que cada português consome em média 60 quilos de peixe/ano, que nos coloca em 1º lugar da Europa e em 3º lugar do mundo; que a nossa frota é composta por cerca de 10 mil embarcações, das quais 85 por cento de comprimento inferior a 12 metros; que cerca de 20 mil pessoas, directa ou indirectamente, dependem do esforço da pesca; que a nossa produção anual se cifra em 200 mil toneladas, satisfazendo apenas 1/3 das nossas necessidades, e que as importações tornam a nossa balança deficitária em 650 milhões de euros, serão dados para considerarmos a importância e o peso económico do sector.

Numa análise necessariamente aligeirada, é fácil constatar que o sector se depara com crescentes dificuldades e ameaças, que passam, desde logo, pela grande dependência dos elevados custos dos combustíveis e outros custos operacionais, a que acrescem factores estruturais do próprio sector, como as deficientes condições das embarcações e o seu envelhecimento, o reduzido ou nulo envolvimento de produtores na comercialização dos produtos, a existência de elevado número de pequenas empresas, a redução de possibilidades de pesca de espécies tradicionalmente utilizadas na nossa gastronomia, subordinadas pelas imposições comunitárias de diminuições das capturas, a que acresce a concorrência das frotas estrangeiras melhor equipadas, provocando, conseqüentemente, a falta de atractividade do sector para os jovens e o envelhecimento dos profissionais.

Ora, a importância do sector deverá merecer no período 2007/2013 uma especial atenção, apoiada na dotação dos 219 milhões de euros provenientes do Fundo Europeu das Pescas, com as prioridades elencadas no Plano Estratégico Nacional para a Pesca, que enfatiza uma estratégia de desenvolvimento assente nos seguintes objectivos:

1. Promover e reformular o modelo organizativo do sector na busca da sua competitividade e sustentabilidade, adequado aos recursos disponíveis e exploráveis;
2. Valorizar e dignificar o capital humano e as profissões do sector, incentivando a investigação científica e a valorização do saber tradicional e promovendo a produção de qualidade;
3. Assegurar o desenvolvimento sustentado das zonas costeiras mais dependentes da pesca;
4. Reforçar, inovar e diversificar a produção em aquacultura, criando mais valor e diversificando a indústria transformadora.

Mas estas prioridades estratégicas, para um sector que tem no horizonte cada vez maiores restrições nas capturas, e vê disparar a crescente necessidade de produção em cativeiro, têm de ser consideradas, necessariamente, objectivando um sector económico em mudança, que carece de um “tratamento de choque” por forma a que as políticas anunciadas não cheguem tarde de mais àqueles que no presente ainda vivem da pesca tradicional de captura.

Para muitos a solução passa mesmo pelo abate das embarcações, face à sua pequena dimensão e crescentes dificuldades e inadaptabilidade aos novos paradigmas.

Sustentabilidade, competitividade, modernização de embarcações, renovação de frota serão metas e medidas fundamentais a serem adoptadas para quem já dispõe de alguma escala e não vive, já no momento, os dramas da pré-falência, originados exactamente pela falta daquelas coordenadas.

A aposta na formação dos pescadores é uma forma de qualificar o tecido produtivo e abrirá horizonte para a pretendida competitividade, sustentabilidade e reestruturação do seu modelo organizacional.

Só assim se cumprirão, também nas Pescas, as elencadas prioridades do QREN.

E, já agora, relembrar a necessidade de implementação das tão desejadas e necessárias medidas de segurança, que passam também pela formação, para além da almejada dotação de mais meios de apoio, para que cada vez menos o sal do mar salgado seja das lágrimas de Portugal.

*Numa análise necessariamente aligeirada, é fácil constatar que o sector se depara com crescentes dificuldades e ameaças, que passam, desde logo, pela grande dependência dos elevados custos dos combustíveis e outros custos operacionais*

# Aprovadas leis orgânicas dos serviços do Ministério do Ambiente

NO ÂMBITO da reforma da Administração Pública, o Governo aprovou as leis orgânicas dos serviços dependentes do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Em conferência de Imprensa, no final do Conselho de Ministros do passado dia 15, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, disse que o Executivo “está a concretizar em bom ritmo a segunda fase de aplicação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE)”.

Relativamente ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foram aprovados seis decretos-leis, cinco decretos regulamentar e um projecto de decreto regulamentar, incidindo este último sobre a Agência Portuguesa do Ambiente.

Os decretos-leis dizem respeito às administrações das regiões hidrográficas, Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Instituto da Água e Inspecção Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Já os decretos regulamentares dizem respeito aos Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Se-



cretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, Instituto Geográfico Português e das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Recorde-se que recentemente o Conselho de Ministros já tinha aprovado a lei orgânica dos serviços e organismos dependentes do Ministério da Educação.

A aprovação de leis orgânicas dos serviços dos ministérios começou em Dezembro passado, esperando o Governo concluir este processo

até ao final do primeiro trimestre do corrente ano.

Em Dezembro, o Executivo aprovou as primeiras leis orgânicas, referentes aos ministérios da Agricultura, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e do s Negócios Estrangeiros.

Ainda no mesmo mês, o Conse-

lho de Ministros aprovou a lei orgânica dos serviços do Ministério da Justiça.

No início deste ano, em Janeiro, foi a vez do Conselho de Ministros concretizar as leis orgânicas dos serviços do Ministério da Economia e da Inovação e do Ministério da Administração Interna.

## PLANO NACIONAL DO TURISMO VISA AUMENTAR COMPETITIVIDADE E EXCELÊNCIA



O GOVERNO aprovou, em Conselho de Ministros, uma resolução sobre os principais objectivos e linhas de orientação do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), diploma que visa aumentar a competitividade e excelência deste sector.

“O PENT visa transformar Portugal num dos destinos de maior crescimento da Europa, através de um desenvolvimento alicerçado na quantificação e competitividade da oferta, na excelência ambiental e urbanística, na formação de recursos humanos e na modernização

empresarial”, refere o Governo.

Segundo ainda o Executivo, o PENT pretende ser “um instrumento orientador para mobilizar entidades públicas e privadas e fazer convergir sinergias, de forma articulada, tendo em vista a promoção sustentável do turismo português”.

Em linhas gerais, o PENT tem cinco eixos de intervenção: território, destinos e produtos; marcas e mercados; qualificação de recursos; distribuição e comercialização; e inovação e conhecimento.

## Serviço público de televisão com obrigações reforçadas

APÓS consulta pública, foi aprovada em Conselho de Ministros, na sua versão final, a proposta de lei da televisão que prevê um regime de acesso mais exigente para a atribuição e a renovação das licenças e autorizações e um reforço das obrigações dos principais intervenientes na actividade televisiva, nomeadamente dos operadores de televisão e dos operadores de distribuição.

Por outro lado, e tendo como pano de fundo as novas potencialidades tecnológicas, o diploma redefine o quadro legal do acesso à actividade de televisão e do respectivo exercício, introduzindo, de forma faseada, a Televisão Digital Terrestre.

Com a ampliação do espaço de liberdade no acesso à actividade de televisão, são finalmente regulados os serviços de programas televisivos de expressão regional e local, através da previsão das respectivas condições, fins e obrigações.

Relativamente ao serviço público de televisão, o diploma



acaba com a “concessão especial de serviço público”, integrando plenamente o actual serviço de programas “A:2” numa concessão única, reforçando a sua identidade e mantendo formas sustentáveis de participação de entidades representativas da sociedade civil.

Por outro lado, num quadro de maior exigência, clarifica-se a finalidade de cada um dos serviços de programas que integram o serviço público e lançam-se as bases para uma efectiva avaliação do cumpri-

mento das respectivas obrigações.

Do mesmo modo, reforçam-se os princípios da proporcionalidade e da transparência do financiamento do serviço público, remetendo para o contrato de concessão a previsão de mecanismos de controlo adequados.

Salienta-se, ainda, a preocupação em acautelar os interesses dos telespectadores, através da previsão de mecanismos que contrariem indesejáveis práticas de contraprogramação.

OPINIÃO

## PLANO DE GOLFE 2007-2009



**DAVID MARTINS**  
Deputado do PS

FOI LANÇADO no início do corrente ano o Plano de Golfe para o triénio 2007-2009. Os objectivos estratégicos deste plano são: atenuar a sazonalidade (a prática desta actividade faz-se sobretudo entre Outubro a Maio); captar mais turistas com maior rendimento; melhorar a competitividade dos destinos; e aumentar a notoriedade de Portugal como destino de golfe e desenvolver novos destinos.

Segundo dados oficiais, o golfe movimenta anualmente cerca de 300 mil jogadores, gerando 1,4 milhões de voltas de golfe, 1,1 milhões de dormidas, que se traduzem em 1,8 milhões de euros em receitas (o que corresponde a 1,25 por cento do PIB nacional e 14 por cento do PIB turístico).

O Plano Estratégico Nacional para o Turismo considera a oferta de golfe em Portugal como um produto estratégico para o desenvolvimento do sector turístico nos próximos anos. Prevê-se que o crescimento anual atinja sete por cento, sendo destinos prioritários para o desenvolvimento deste produto o Algarve, Lisboa, Litoral Alentejano e Oeste.

No que diz respeito ao Plano de Golfe 2007-2009, em concreto, gostaria de dar destaque a quatro questões essenciais.

Em primeiro lugar, evidenciar o esforço feito pelo Governo para duplicar o investimento público-privado de 12,5 milhões de euros entre 2004-2006 (que incluiu a organização da reputada prova Algarve World Cup in Portugal no Victoria Clube de Golfe, em Vila-moura, o Open de Portugal, o Seniors e Ladies Open) para 25 milhões de euros. Este "pacote", que prevê a organização de vários eventos de golfe, sendo o mais importante o Portugal Masters, pretende atrair os mais reputados profissionais de todo o mundo e tem como prize-money mínimo assegurado pelos fundos públicos 3000 milhões de euros. O mesmo poderá ser superior em função do aumento do investimento privado.

Em segundo lugar, reflectir sobre a estratégia em que assenta. Verifica-se que é um plano para três anos, o que permitirá dar de forma continuada no tempo grande visibilidade a Portugal como destino activo e de excelência, e, dessa forma, contribuir para que potenciais turistas e profissionais visitem o nosso país.

Em terceiro lugar, a dimensão dos eventos. Acredito que em certas áreas, mais do que promover e apoiar pequenos eventos avulso é essencial, num mundo cada vez mais competitivo, realizar eventos com dimensão internacional. Não defendendo a ostentação, que

por vezes implica custos insuportáveis para o futuro, mas a organização de eventos bem estruturados e organizados (por exemplo, o Lisboa-Dakar) permitem-nos obter um retorno maior e uma visibilidade mais amplificada.

Em quarto lugar, a aposta na promoção de eventos em diversos campos nacionais. O Algarve é inconteste o maior destino de golfe nacional (com 31 campos instalados num total de 70 no país) e foi reconhecido internacionalmente pela International Association of Golf Tour Operators como o melhor destino em 2000 e 2006. Porém, é também necessário dar visibilidade a outros destinos como seja Lisboa (já consolidado) e às novas áreas em projecção e crescimento (Litoral Alentejano e Oeste), contribuindo para desenvolver o produto nessas regiões e diversificar o leque de opções para os potenciais interessados.

Um facto é desejável: Portugal deve continuar a promover o aparecimento de novos campos de golfe, de forma sustentada, cativando assim a vinda de mais turistas com maior poder de compra e gerando mais riqueza e emprego. Contudo, é preciso perceber que o golfista/turista procura jogar o maior número de voltas de golfe, em campos diferentes, durante a sua estada, pelo que a concentração destes equipamentos em determinadas áreas é um facto a considerar nas estratégias de desenvolvimento nacional.

Para finalizar, gostava de deixar um testemunho pessoal sobre a prática desta actividade e os campos de golfe. Houve um momento em que pensava que estes investimentos eram negativos para os locais onde se implantavam, uma vez que os consumos de água e a utilização de fertilizantes prejudicava o território. Hoje não tenho a mesma visão afunilada. Já é comum vermos excelentes projectos amigos do ambiente (com várias certificações ambientais), estimuladores da flora e fauna autóctone, e que trazem para as economias locais grandes vantagens.

Não esquecer que o golfe é uma actividade que emprega milhares de pessoas, directa e indirectamente, tendo reflexos em actividades tão diversas como o alojamento, a restauração, o comércio, a indústria (equipamento e material), o investimento (turismo residencial), entre outros negócios.

A relação que se defende entre o turismo e o ambiente é necessariamente a que se deve aplicar ao golfe. O turismo, assim como o golfe, vivem do ambiente onde se inserem, devendo contribuir para a sua preservação e conservação.

OPINIÃO

## CARTA A JARDIM



**MAXIMIANO MARTINS**  
Deputado do PS

O CIDADÃO Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim tem qualidades e defeitos. A mim cabe-me relevar os seus defeitos, inúmeros defeitos. À História caberá julgá-lo e determinar o lugar que ele deve ocupar. Tenho a opinião – mas não a pretensão de me substituir à História – que o julgamento que dele se fará no futuro será substancialmente diverso daquele que Jardim espera. Porque quando se contar toda a história destes trinta anos e dos meandros do poder político e financeiro... para além das 'obras' ficarão também os erros e os crimes políticos!

Primeiro defeito grave, muito grave: Jardim lida mal com a verdade, acha que os factos são apenas constrangimentos... insignificantes. Não é preciso conhecer muita ciência política para perceber que essa é a atitude típica do poder absoluto que assume a possibilidade de gerar factos de acordo com a conveniência do poder. Inventam-se adversários (como o DN) ou inimigos externos (Lisboa) e cria-se uma "verdade autêntica" e um "pensamento único" sobre os interesses da Madeira que ele próprio Jardim e o seu partido representam, sendo dever de todos os cidadãos e organizações seguir fielmente a verdade oficial. Quem sair da linha oficial é traidor, colaboracionista, vendido, não "ama a Madeira"!

Esta tendência totalitária tem repercussões sociais e políticas graves: molda a verdade de acordo com uma linha oficial, tem horror ao debate livre e ao contraditório e obriga a um controlo de toda a sociedade civil e à sua instrumentalização permanente. A fuga ao debate – sinal de cobardia e insegurança – e a distorção das posições dos adversários fazem parte desta estratégia. Exemplo claro deu-se na recente troca de cartas em público comigo. À minha carta aberta no DN, Jardim 'respondeu' com outra carta no JM. Ou melhor, face a argumentos (contestáveis certamente) 'respondeu' com um ataque pessoal, com insultos e com falsidades – com as "verdades" que o regime entende dever forjar ou moldar. Eu disse: que "por detrás da fachada existe uma realidade de sofrimento e baixa qualidade de vida" no Funchal e na Região; que os indicadores de desenvolvimento social e humano da Região são desfavoráveis; que Jardim escondeu o Estudo que deveria ter determinado a posição negocial da Região e do país para o novo quadro comunitário daí decorrendo uma perda de 500 milhões de euros; que os resultados ao nível da Educação na Região são uma vergonha para quem nos governa há trinta anos; que o discurso de Jardim é xenófobo e é insultuoso para os opositores, mas também para as instituições do Portugal Democrático; que o endividamento da Região será penoso para as gerações futuras e que o esbanjamento e utilizações dos dinheiros públicos por Jardim são intoleráveis numa sociedade civilizada... Ao que Jardim respondeu: é um ressabiado, um ex-comunista, um vira-casaca, tem responsabilidades na descolonização e nas nacionalizações, pactuou com "os saneamentos, perseguições e prisões arbitrarias"... Nem um só contra-argumento e tudo falsidades com que não perco um minuto a contestar. Calúnia pura. Delírio.

A única constatação que merece ser feita é que nos tempos em que Jardim elogiava o salazarismo e exaltava a colonização eu militava em movimentos de oposição democrática, com graves riscos para a minha continuidade na universidade. Sou, de resto, alheio a tudo o que acusa. Estive na OCDE, em Paris, em 1979/1980 – não propriamente um "antro comunista", mas antes um clube de economias de mercado avançadas. Será que Jardim pode assumir as posições que foi assumindo durante todo aquele período? Mas Jardim titula o seu artigo de "temo pela sua saúde" jogando com ambiguidade numa expressão intimidatória, ao mesmo tempo que me imputa problemas psicológicos mal resolvidos. Cuide de si, Jardim, porque eu estou bem comigo próprio e não sou dado a temores! Vejo que a sua passagem pela 'acção psicológica' militar deixou-lhe marcas...

Defeito ainda mais grave: Jardim roubou-nos as liberdades de Abril. Pela coacção "flamista" e depois pela chantagem de uma sociedade controlada e anestesiada (pelos empregos públicos, pelo investimento público, pelos subsídios...) e pela aniquilação sistemática dos adversários, Jardim não nos permitiu o gozo das liberdades, da expressão livre, do debate de ideias. Dir-se-á que trouxe desenvolvimento, visível nas acessibilidades e no parque habitacional. Mas não trouxe o progresso económico, social e humano que só as liberdades democráticas permitem. Nem trouxe sustentabilidade, como o futuro demonstrará. E deixará uma herança financeira penosa com um endividamento gigantesco.

Acuso-o, pois, de cultivar estes defeitos (entre muitos outros) nos limites do intolerável. De manipular e perseguir. De coagir. De irresponsabilidade na gestão da 'coisa pública', na linha da gestão de Santana Lopes, que apoiou fervorosamente... De falta de decência. De não prestigiar a Madeira e os madeirenses. De não estar à altura dos novos tempos.

Compreendo a sua preocupação em cuidar da sua imagem irreversivelmente degradada. Tal imagem não o prejudica só a si. Prejudica a Madeira. Compreendo, por isso, a sua necessidade em fazer à imprensa nacional afirmações do tipo "magoa-me ser tratado como boçal" ou "não sou uma besta". Chamaram-lhe recentemente "tarouco" – o que significa, segundo o dicionário de língua portuguesa, apatetado, idiota, desmemoriado pela idade... Alguém o chamou também de "esse grande mestre do delírio político". Por mim não me deixarei contagiar pelo seu delírio.

Gorbachov resumiu a sua obra extraordinária de alteração da geo-política mundial com uma frase surpreendente: "eu quero transformar a Rússia num país normal". Também nós devemos aspirar a uma Madeira normal, pacífica e de progresso.

*Jardim roubou-nos as liberdades de Abril. Pela coacção "flamista" e depois pela chantagem de uma sociedade controlada e anestesiada (pelos empregos públicos, pelo investimento público, pelos subsídios...) e pela aniquilação sistemática dos adversários, Jardim não nos permitiu o gozo das liberdades, da expressão livre, do debate de ideias*

*O Plano Estratégico Nacional para o Turismo considera a oferta de golfe em Portugal como um produto estratégico para o desenvolvimento do sector turístico nos próximos anos*

## Serviço de Saúde dos Açores garante condições de exercício da IVG

O PS, que tem responsabilidades governativas nos Açores, procurará, no âmbito do Serviço Regional de Saúde, que este "proporcione condições para o pleno exercício do aborto até às 10 semanas".

A garantia foi dada por Carlos César, numa conferência de Imprensa em Ponta Delgada, onde defendeu ainda que a legislação sobre esta matéria deve ser alterada e aplicada em todo o território nacional, apesar do "não" ter ganho nos Açores.

"A decisão é válida para todo o país e a lei penal é de aplicação generalizada em todo o território nacional", afirmou o líder dos socialistas açorianos e presidente do Governo Regional, que se congratulou com a vitória do "sim" no referendo de 11 de Fevereiro.

Carlos César, que elogiou a forma como decorreu o referendo, sublinhou o facto de ter ocorrido uma "ligeira redução da abstenção" nas ilhas face ao referendo de 1998. "Tal como



devemos respeitar a vontade popular, que se manifestou no sentido do 'sim', também de-

vemos respeitar aqueles que entenderam não participar no referendo", salientou.

# Para continuar no “poleiro” Jardim não olha a meios

**A lei das Finanças Regionais está a ser usada como bode expiatório para justificar a crise económica, financeira e social que a Madeira atravessa por culpa exclusiva de João Jardim, denuncia Jacinto Serrão em entrevista ao “Acção Socialista”.**

**Para o líder do PS/Madeira, o falhanço do modelo de desenvolvimento dos últimos anos é evidente quando se está numa região com um PIB rico mas com um poder de compra pobre.**

**Jacinto Serrão acusa ainda Jardim por este não se ter associado aos Açores, tendo em vista a criação de uma única região ultraperiférica em termos europeus e com isso prejudicado a Madeira em 400 milhões de euros.**



RUI SOLANO DE ALMEIDA

**O MODELO económico seguido pelo PSD/Madeira está esgotado ou, pelo contrário, tem ainda futuro na região?**

O modelo económico do PSD/Madeira, assente nas grandes obras de construção civil, esgotou-se em 2004, altura em que chegou ao fim o ciclo das grandes obras públicas na Madeira.

Houve, visivelmente, um crescimento que não se traduziu num desenvolvimento sustentado e sustentável. Além disso, não existiram políticas estratégicas para atrair investimento privado e para dinamizar esses equipamentos públicos que custaram milhões ao erário público e que não têm retorno económico. Por isso, a região está a braços com uma grave crise económica e social.

A Madeira é a região que apresenta a maior quebra (- 26 por cento) no número total de edifícios licenciados. Se atendermos ao facto que a construção civil emprega cerca de 19 por cento da população activa na região, o esgotamento deste modelo económico representar um abrandamento da economia e, consequentemente um aumento exponencial de desempregados. O número de desempregados, segundo os últimos dados, relativamente ao ano anterior, subiu 18 por cento, enquanto que no país desceu 7 por cento.

**A Lei das Finanças Regionais representa, como o PSD afirma, um ataque directo à liderança de Alberto João Jardim?**

O senhor Presidente da República, Cavaco Silva, que teve a maioria de votos na Madeira, promulgou esta lei porque a considerou, seguramente, positiva e justa para a região.

O presidente do Governo Regional demitiu-se alegando que a nova Lei das Finanças Regionais provocou uma diminuição de verbas de tal dimensão que não lhe era possível cumprir o mandato que acabaria em Outubro de 2008. Ou seja, demitiu-se apenas por dois por cento do Orçamento Regional.

A Lei de Finanças é o bode expiatório que o dr. Jardim arranhou para a crise económica, financeira e social que a região está a enfrentar e que resulta da sua má governação.

Ele está em queda nas intenções de votos dos madeirenses e desesperadamente tenta antecipar as eleições, em dois anos, para tentar continuar no “poleiro” mais quatro anos. Colocou os seus interesses partidários à frente do interesse dos madeirenses e traiu os eleitores que lhe deram uma maioria para governar até 2008.

A Lei de Finanças Regionais foi uma desculpa esfarrapada que eles arranjaram para esconder a realidade, atirar poeira para os olhos do povo madeirense e para esconder os fracassos dos seus governos.

Só por razões de carreirismo político é que se compreende tal atitude. O líder do PSD/Madeira está a colocar o interesse partidário acima dos interesses da região e dos madeirenses.

**A Região Autónoma da Madeira é, como se sabe, a segunda região do país mais rica. Justifica-se este alarido em volta de uma quebra de apenas dois por cento no Orçamento Regional?**

Se atendermos ao critério do PIB, a Madeira é de facto a segunda região mais rica do país. No entanto, há que ter em conta que essa riqueza foi injustamente distribuída, pois todos os indicadores desmontaram que a riqueza criada ficou nas mãos de uma

minoría. A Madeira é a região do país que tem o menor poder de compra e o mais fraco índice de conforto das famílias. Aliás, basta ler o estudo do prof. Augusto Mateus, elaborado a pedido do Governo Regional, em Setembro de 2004, para contactar o falhanço das políticas dos seus sucessivos governos.

Temos uma região com um PIB rico, mas com um poder de compra pobre!

A propaganda jardimista é que usou esse PIB rico para fazer crer que as suas políticas económicas tinham sido bem sucedidas. Ora, a consequência disso foi a Madeira ter saído das regiões de Objectivo 1 da União Europeia e ter perdido cerca de 400 milhões de euros.

A Madeira continua a ser fortemente dependente do apoio finan-

ceiro do Estado, e os madeirenses percebem que só terão a ganhar com um presidente do Governo Regional que esteja em condições de estabelecer um novo relacionamento com os órgãos de soberania nacionais, nomeadamente com o Governo e com a Assembleia da República.

**Como justificar que a Região Autónoma da Madeira vá receber no âmbito do QREN uma menor contribuição de fundos europeus se comparados com as verbas dos anteriores Quadros Comunitários de Apoio?**

O maior corte dá-se no FEDER, que é um programa europeu orientado para as regiões menos desenvolvidas (Objectivo 1), apoiando a coesão económica e social e corrigindo desequilíbrios regionais. O facto da

Madeira ter apresentado um PIB de 121 por cento da média europeia, fez com a RAM saísse das regiões de Objectivo 1 para as de Objectivo 2 e, consequentemente, a redução dos fundos através deste programa era inevitável.

No entanto, lembro que a Madeira recebeu ao longo do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) 1098 milhões de euros (cerca de 220 milhões de contos). E que no QREN (2007-13) vai receber 730,5 milhões de euros (cerca de 146 milhões de contos).

Era esperada pelo Governo Regional, ainda no tempo de Durão Barroso, uma redução de 48 por cento, no entanto, e devido à excelente negociação do Governo da República do eng. José Sócrates em Bruxelas, essa redução será de apenas 34 por cento.

Também aqui as culpas do PSD-Madeira são enormes, o estudo encomendado pelo Governo Regional ao prof. Augusto Mateus propunha que se apresentasse à UE apenas uma única região ultraperiférica. Aproveitando o facto do PIB dos Açores ser mais baixo, unia-se para este fim a Madeira aos Açores, e isso faria baixar o valor do PIB a apresentar, e manteria os dois arquipélagos no Objectivo 1. O Governo Regional ao invés de avançar para essa solução, meteu esse estudo na gaveta e com isso prejudicou a Madeira em cerca de 400 milhões de euros.



“Jardim está em queda nas intenções de votos dos madeirenses e desesperadamente tenta antecipar as eleições, em dois anos, para tentar continuar no ‘poleiro’ mais quatro anos”

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)